



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO:

LOCAÇÃO DE HORAS MÁQUINA PESADAS COM OPERADOR

2. PERÍODO DE REALIZAÇÃO: 23/02/2026 a 02/03/2026

3. METODOLOGIA APLICADA: O valor de referência foi aferido por meio de:

- ( ☒ ) Média  
( ☐ ) Mediana  
( ☐ ) Menor Preço  
( ☐ ) Outra

4. FONTES DE PESQUISA: Foi realizada a pesquisa de preços utilizando os seguintes parâmetros, observado o Artigo 60 do Decreto 10.792, de 22 de março de 2023, do Município de Caçador.

( ☐ ) I – Pannel de Preços (<http://paineldeprecos.planejamento.gov.br>);

Objeto	Und	Contratante (UASG/Nome)	Empenho /Licitação/ATA	Valor Unitário
Escavadeira hidráulica sobre esteiras, equipada com rompedor hidráulico (martelo), Peso Operacional Mínimo de 20.000 kg Potência do Motor Mínimo de 140 HP Rompedor Hidráulico Compatível com o porte da escavadeira, com energia de impacto adequada para demolição de concreto e rocha	Hrs	Município de São João do Oeste-SC UASG 925575	ATA Nº 09/2026	R\$ 784,00
Escavadeira hidráulica sobre esteiras, equipada com rompedor hidráulico (martelo), Peso Operacional Mínimo de 20.000 kg Potência do Motor Mínimo de 140 HP Rompedor Hidráulico Compatível com o porte da escavadeira, com energia de impacto adequada para demolição de concreto e rocha	Hrs	Município de Alto Feliz-RG UASG 988880	ATA Nº 89/2025	R\$ 718,00
Locação de serviços de rolo compactador de solo, peso operacional mínimo de 6.900kg, motor 04 cilindros	Hrs	Município de São João do Oeste-SC UASG 925575	ATA Nº 06/2026	R\$ 294,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

turboalimentado, potência de motor mínima de 80 HP, largura do tambor mínima de 15.000kg, espessura mínima de chapa do tambor de 20mm,utilidade lis e com patas, comprimento total 5,30M, ano igual ou superior a 2020. Sendo a empresa responsável pelos custos de combustível, operador,transporte e manutenção do equipamento.				
Locação de serviços de rolo compactador de solo, peso operacional mínimo de 6.900kg, motor 04 cilindros turboalimentado, potência de motor mínima de 80 HP, largura do tambor mínima de 15.000kg, espessura mínima de chapa do tambor de 20mm,utilidade lis e com patas, comprimento total 5,30M, ano igual ou superior a 2020. Sendo a empresa responsável pelos custos de combustível, operador,transporte e manutenção do equipamento.	Hrs	Município de Paraiso- SC UASG 086002	ATA N°18/2025	R\$ 346,19
Locação de Motoniveladora Articulada (Ano / modelo acima de 2020). Descrição mínima: motor com potência mínima de 125 HP, peso operacional 15.000 kg.Sendo a empresa responsável pelos custos de combustível, operador, transporte, manutenção do equipamento, bem como o seguro com a comprovação de apólice e a ficha técnica que deverão ser apresentados na proposta.	Hrs	Município de Paraiso- SC UASG 086002	ATA N° 18/2025	R\$ 423,63
Locação de Motoniveladora Articulada (Ano / modelo acima de 2020). Descrição mínima: motor com potência mínima de 125 HP, peso operacional 15.000 kg.Sendo a empresa responsável pelos custos de combustível, operador,	Hrs	Município de Nova Veneza -SC UASG 82.916.826/0001-60	ATA N° 91/2025	R\$ 371,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

transporte, manutenção do equipamento, bem como o seguro com a comprovação de apólice e a ficha técnica que deverão ser apresentados na proposta.				
Locação de máquina trator de esteira, com lâmina regulável de ação hidráulica com angulação a direita e a esquerda, transmissão automática, potência mínima de 118 HP, com peso mínimo de 14,000kg, ano de fabricação ser igual ou superior a 2020. Sendo a empresa responsável pelos custos de combustível, operador, transporte, manutenção do equipamento, bem como o seguro com a comprovação de apólice e a ficha técnica que deverão ser apresentados na proposta.	Hrs	Prefeitura Municipal de Bernardino de Campos- SP UASG 44.563.591/0001-80	ATA Nº 18/2025	R\$ 410,00
Locação de máquina trator de esteira, com lâmina regulável de ação hidráulica com angulação a direita e a esquerda, transmissão automática, potência mínima de 118 HP, com peso mínimo de 14,000kg, ano de fabricação ser igual ou superior a 2020. Sendo a empresa responsável pelos custos de combustível, operador, transporte, manutenção do equipamento, bem como o seguro com a comprovação de apólice e a ficha técnica que deverão		Municípios de Caibi- SC UASG 988039	ATA Nº 09/2026	R\$ 349,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

ser apresentados na proposta.				
Locação de máquina trator de esteira, com lâmina regulável de ação hidráulica com angulação a direita e a esquerda, transmissão automática, potência mínima de 118 HP, com peso mínimo de 14,000kg, ano de fabricação ser igual ou superior a 2020. Sendo a empresa responsável pelos custos de combustível, operador, transporte, manutenção do equipamento, bem como o seguro com a comprovação de apólice e a ficha técnica que deverão ser apresentados na proposta.	Hrs	Municípios de São Gabriel -RS UASG 88.768.080/0001-70	ATA N° 87/2025	R\$ 316,27

( ) II – Contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços;

Objeto	Und	Contratante (Nome /UASG)	Empenho/ Licitação/ATA	Valor Unitário

( X ) III- Pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso

Objeto	Fornecedor ( Nome e CNPJ)	Local de Pesquisa	Data/Hora de Acesso	Valor Unitário

( X ) IV – Pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciam em mais de 06 (seis) meses.



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

Objeto	Fornecedor (Nome e CNPJ)	Data do Orçamento/Cotação	Valor Unitário
Escavadeira hidráulica sobre esteiras, equipada com rompedor hidráulico (martelo), Operacional Peso Mínimo de 20.000 kg Potência do Motor Mínimo de 140 HP Rompedor Hidráulico Compatível com o porte da escavadeira, com energia de impacto adequada para demolição de concreto e rocha	VW COMERCIO ATACADISTA LTDA CNPJ: 10573408/0001-06	02/03/2026	R\$ 980,00
Locação de serviços de rolo compactador de solo, peso operacional mínimo de 6.900kg, motor 04 cilindros turboalimentado, potência de motor mínima de 80 HP, largura do tambor mínima de 15.000kg, espessura mínima de chapa do tambor de 20mm, utilidade lis e com patas, comprimento total 5,30M, ano igual ou superior a 2020. Sendo a empresa responsável pelos custos de combustível, operador, transporte e manutenção do equipamento.	VW COMERCIO ATACADISTA LTDA CNPJ: 10573408/0001-06	02/03/2026	R\$ 470,00
Locação de Motoniveladora Articulada (Ano / modelo acima de 2020). Descrição mínima: motor com	VW COMERCIO ATACADISTA LTDA CNPJ: 10573408/0001-06	02/03/2026	R\$ 510,00



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR**

potência mínima de 125 HP, peso operacional 15.000 kg.Sendo a empresa responsável pelos custos de combustível, operador, transporte, manutenção do equipamento, bem como o seguro com a comprovação de apólice e a ficha técnica que deverão ser apresentados na proposta.			
--	--	--	--

**5. ANÁLISE DA PESQUISA:**

Após realizar a pesquisa de preços para **LOCAÇÃO DE HORAS MÁQUINA PESADOS COM OPERADOR** destinados à Secretaria de Infraestrutura, utilizando como principal fonte contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços, bem como a Pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciam em mais de 06 (seis) meses, foi possível obter uma média de valores de mercado confiáveis e atualizados. Essa abordagem garantiu uma base sólida para estimar o valor de referência da licitação, assegurando a competitividade do certame e a economicidade na contratação.

Tendo sido priorizado o inciso I como fonte de consulta chegou-se ao: No caso do Item I, a pesquisa de preços priorizou unidades federativas de SP, RS e SC, visando reduzir custos com transporte e logística.

Foi utilizado os valores orçados referente a pesquisa com os fornecedores desde que as datas das pesquisas não se diferenciam em mais de 06 (seis) meses



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

Objeto	Und	Qtde	Valor Referencial	
			Unitário	Total
Escavadeira hidráulica sobre esteiras, equipada com rompedor hidráulico (martelo), Peso Operacional Mínimo de 20.000 kg Potência do Motor Mínimo de 140 HP Rompedor Hidráulico Compatível com o porte da escavadeira, com energia de impacto adequada para demolição de concreto e rocha	Hrs	500	R\$ 827,33	R\$ 413.665,00
Locação de serviços de rolo compactador de solo, peso operacional mínimo de 6.900kg, motor 04 cilindros turboalimentado, potência de motor mínima de 80 HP, largura do tambor mínima de 15.000kg, espessura mínima de chapa do tambor de 20mm, utilidade lis e com patas, comprimento total 5,30M, ano igual ou superior a 2020. Sendo a empresa responsável pelos custos de combustível, operador, transporte e manutenção do equipamento.	Hrs	700	R\$ 370,06	R\$ 259.042,00
Locação de Motoniveladora Articulada (Ano / modelo acima de 2020). Descrição mínima: motor com potência mínima de 125 HP, peso operacional 15.000 kg. Sendo a empresa responsável pelos custos de combustível, operador,	Hrs	700	R\$ 434,87	R\$ 304.409,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

transporte, manutenção do equipamento, bem como o seguro com a comprovação de apólice e a ficha técnica que deverão ser apresentados na proposta.				
Locação de máquina trator de esteira, com lâmina regulável de ação hidráulica com angulação a direita e a esquerda, transmissão automática, potência mínima de 118 HP, com peso mínimo de 14,000kg, ano de fabricação ser igual ou superior a 2020. Sendo a empresa responsável pelos custos de combustível, operador, transporte, manutenção do equipamento, bem como o seguro com a comprovação de apólice e a ficha técnica que deverão ser apresentados na proposta.	Hrs	700	R\$ 358,42	R\$ 250.894,00

## 6. ANEXOS

A documentação comprobatória contendo 54 arquivos que compõem a Pesquisa de Preços, segue anexa a este relatório.

Caçador, 4 de março de 2026

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** SOLANGE CASTILHO DOS SANTOS  
Data: 09/03/2026 07:59:25-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Solange Castilho dos Santos**  
Assistente Administrativo  
Matrícula n.º 22675





## Prefeitura Municipal de Alto Feliz

### PROCESSO LICITATÓRIO N.º 289/2025 PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS N.º 031/2025

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 089/2025

Aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco, no **MUNICÍPIO DE ALTO FELIZ**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ N.º 92.123.926/0001-92, com sede na Rua Eugênio Kuhn, N.º 300, Alto Feliz / RS, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **ROBES SCHNEIDER**, brasileiro, viúvo, residente e domiciliado na Rua Pedro Fetter, N.º 73, Apt. 301, Bairro Centro, em Alto Feliz/RS, inscrito no CPF sob N.º 603.\*\*\*.\*\*\*-72, portador da Cédula de Identidade N.º 30\*\*\*\*\*54, expedida pela SSP/RS, denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e a empresa **MOSSMANN TERRAPLANAGEM LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob N.º 09.534.399/0001-65, com sede na Rua Nove de Outubro, N.º 40, Bairro Jardim da Alegria, Cidade Tupandi/RS, CEP: 95775-000, neste ato representada pelo Sr. **RENE PAULO MOSSMANN**, nacionalidade brasileira, nascido em 09 de outubro de 1964, divorciado, sócio administrador, CPF N.º 501.\*\*\*.\*\*\*-15, Documento de Identidade N.º 10\*\*\*\*\*95-SSP/RS, domiciliado e residente na Rua Adolfo Schneider, N.º 394, Bairro Várzea, município de Tupandi, Estado do Rio Grande do Sul, CEP N.º 95775-000, aqui denominada simplesmente **PRESTADORA REGISTRADA**, por este instrumento e na melhor forma de direito, tem entre si justo, resolvem na forma da Lei Federal nº. 14.133/2021 e alterações, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi examinada pelo Setor Jurídico do Município, que emitiu seu parecer, mediante as seguintes condições:

#### **1. DO OBJETO**

**1.1.** A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS DE MÁQUINAS, COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS, PESO OPERACIONAL MÍNIMO DA MÁQUINA 22 TONELADAS COM ROMPEDOR, INCLUINDO MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS, COMBUSTÍVEL, DESLOCAMENTOS E OPERADORES**, conforme especificações constantes no edital e seus anexos, que passam a fazer parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais.

#### **2. DA VALIDADE E DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS**

**2.1.** A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, com possibilidade de prorrogação.

**2.1.1.** Transcorrido o prazo de 12 (doze) meses, caso a administração opte pela prorrogação da vigência da ata de registro de preços, o valor registrado poderá ser reajustado, com base no índice IPCA ou por outro que vier a substituí-lo.

**2.2.** Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso I do art. 124 da Lei nº 14.133/2021 e alterações ou de redução dos preços praticados no mercado.



## Prefeitura Municipal de Alto Feliz

**2.3.** Mesmo se comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea “d” do inciso I do art. 124 da Lei nº 14.133/2021 e alterações, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

**2.4.** Quando, por motivo superveniente, o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado pelo mercado, o órgão gerenciador deverá:

- a)** Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b)** Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido;
- c)** Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

**2.5.** Quando o preço de mercado se tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante oferta de justificativas comprovadas, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- a)** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de sanção administrativa, desde que as justificativas sejam motivadamente aceitas e o requerimento ocorra antes da emissão de ordem de fornecimento;
- b)** Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

**2.6.** Não logrando êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços e à adoção de medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

**2.7.** Em caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, será adotado o critério de revisão, como forma de restabelecer as condições originalmente pactuadas.

**2.8.** A revisão poderá ocorrer somente após 120 (cento e vinte) dias da formalização da presente ata, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, e majoração de seus encargos.

**2.8.1.** Em caso de revisão, a alteração do preço ajustado, além de obedecer aos requisitos referidos no item anterior, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada.

**2.8.2.** Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento, modalidade que não será admitida neste registro de preços, posto que a sua vigência não supera o prazo de um ano.

**2.8.3.** Não será concedida a revisão quando:

- a)** Ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;
- b)** O evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência da Ata;
- c)** Ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;
- d)** A parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento.

**2.8.4.** Em todo o caso, a revisão será efetuada por meio de aditamento contratual, precedida de análise pela Prefeitura Municipal de Alto Feliz, e não poderá exceder o preço praticado no mercado.

### 3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**3.1.** O gerenciamento deste instrumento caberá a cada Secretaria responsável e observará o disposto na Lei nº 14.133/2021 e alterações.



## Prefeitura Municipal de Alto Feliz

### 4. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- 4.1.** Observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.
- 4.2.** Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.
- 4.3.** Acompanhar a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua Compatibilidade com aqueles registrados na ata, promovendo as negociações necessárias ao ajustamento do preço, publicando trimestralmente os preços registrados.
- 4.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

### 5. DAS OBRIGAÇÕES DO SIGNATÁRIO DA ATA

- 5.1.** Realizar os serviços, obedecendo rigorosamente ao disposto no Edital, realizando a os serviços de acordo com as regras do edital, especificamente o Termo de Referência, pelo prazo de vigência do Ata.
- 5.2.** Providenciar a imediata correção dos serviços apontados com alguma imperfeição pelo Município de Alto Feliz referente às condições firmadas na presente Ata.
- 5.3.** Viabilizar o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata.
- 5.4.** Manter, durante o prazo de vigência da presente Ata, todas as condições de habilitação exigidas no Edital.

### 6. DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1.** Os preços da presente Ata são os constantes da tabela abaixo:

Itens	Quant	Un	Quantidade	Valor hora R\$	Valor total R\$
1	1000	H	Serviço de Escavadeira Hidráulica 22 toneladas, sobre esteiras, com Rompedor, incluindo manutenção do equipamento, deslocamento e operador.	R\$ 718,00	R\$ 718.000,00

- 6.2.** Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados na imprensa oficial do município de Alto Feliz/RS e divulgados em meio eletrônico.
- 6.3.** A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedor registrados para negociar o novo valor.
- 6.4.** Em cada item, decorrente desta Ata, serão observadas as disposições da Lei 14.133/2021 e alterações, assim como as cláusulas e condições constantes do Edital que precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

### 6.5 – DADOS DO FORNECEDOR REGISTRADO:

<b>Razão Social:</b>	<b>MOSSMANN TERRAPLANAGEM LTDA</b>
<b>CNPJ</b>	<b>09.534.399/0001-65</b>
<b>Endereço</b>	<b>Rua Nove de Outubro, nº 40, Jardim da Alegria, município de Tupandi, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 95775-000</b>



## Prefeitura Municipal de Alto Feliz

E-mail	ig.mossmann@gmail.com
Telefone	(51) 9.9894-3731

### 7. DAS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

**7.1.** A critério do Município de Alto Feliz, obedecida a ordem de classificação, o licitante vencedor, cujo preço tenha sido registrado na Ata de Registro de Preços, será convocado para assinar a presente ata, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, estando as obrigações assumidas vinculadas à proposta, aos lances, ao edital e à respectiva Ata.

**7.2.** A Ata de Registro de Preços não obriga o Município a firmar a contratação, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, objeto desta licitação, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.

**7.3.** O Município avaliará o mercado constantemente promovendo as negociações necessárias ao ajustamento do preço, publicando trimestralmente os preços registrados.

**7.4.** Se o preço inicialmente registrado se tornar superior ao praticado no mercado, o Município negociará com o prestador sua redução, caso contrário, o signatário da ata poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro do seu preço, devendo anexar ao requerimento documentação comprobatória.

**7.4.1.** Nessa hipótese, ocorrendo o cancelamento, o prestador ficará exonerado da aplicação de penalidade.

**7.4.2.** Cancelados os registros, o Município poderá convocar os demais prestadores, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

**7.4.3.** Não havendo êxito nas negociações, o Município procederá à revogação da Ata de Registro de Preços.

**7.5.** O acompanhamento e a fiscalização da contratação, assim como o recebimento e a conferência dos serviços, serão de responsabilidade da secretaria, nos termos do item 19.

**7.6.** A **CONTRATADA** é obrigada a assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização do Contrato pelo **Município**, bem como permitir o acesso a informações consideradas necessárias.

**7.7.** O **Município** não se responsabilizará por contatos realizados com setores ou pessoas não autorizados, salvo nas hipóteses previstas, expressamente, nesta Ata/Termo de Referência.

**7.8.** O acompanhamento e a fiscalização de que trata esta cláusula não excluem nem reduzem a responsabilidade da **CONTRATADA** pelo correto cumprimento das obrigações decorrentes da Contratação.

### 8. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

São condições gerais da contratação:

**8.1.** A contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre o Município e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da Contratada designadas para a execução do objeto, sendo a Contratada a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

### 9. DA RESPONSABILIDADE POR DANOS



## Prefeitura Municipal de Alto Feliz

**9.1.** A Contratada responderá por todo e qualquer dano provocado ao Município, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pelo Município, obrigando se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas na licitação.

**9.1.1.** Para os efeitos desta cláusula, dano significa todo e qualquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportado pelo Município, decorrentes do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pela Contratada, de obrigações a ela atribuídas contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando, pagamentos ou ressarcimentos efetuados pelo Município a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.

**9.2.** Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas como de responsabilidade da Contratada for apresentada ou chegar ao conhecimento do Município, este comunicará a Contratada por escrito para que tome as providências necessárias à sua solução, diretamente, quando possível, a qual ficará obrigada a entregar ao Município a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pela Contratada não a eximem das responsabilidades assumidas perante o Município, nos termos desta cláusula.

**9.3.** Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas do Município, nos termos desta cláusula, deverão ser pagas pela Contratada, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento ao Município, mediante a adoção das seguintes providências:

- a) dedução de créditos da Contratada;
- b) execução da garantia prestada, se for o caso;
- c) medida judicial apropriada, a critério do Município.

## 10. DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

**10.1.** A Contratada deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura discriminando o valor dos serviços realizados e quantidade de horas trabalhadas, conforme preço apresentado em sua proposta.

**10.2.** O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

**10.3.** Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

**10.4.** Na fatura deverá constar o número da Ata.

**10.5.** O pagamento será realizado contra empenho, em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento do objeto e mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente com recebimento firmado pela respectiva Secretária Municipal, que atestará a conformidade do valor com o valor o objeto executado pela Empresa, mediante depósito bancário na conta informada pela contratada.

**10.6.** A nota fiscal/fatura será emitida pela **Contratada** em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal, com destaque, quando exigíveis, das retenções tributárias e/ou previdenciárias.





## Prefeitura Municipal de Alto Feliz

**10.7.** Caso a Contratada não encaminhe a nota fiscal/fatura e demais documentos ao Município no prazo fixado, a data do pagamento poderá ser alterada na mesma proporção dos dias úteis de atraso.

**10.8.** O Município, identificando quaisquer divergências na nota fiscal/fatura, mormente no que tange a valores das peças fornecidas, deverá devolvê-la à Contratada para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado para pagamento será contado somente a partir da reapresentação/substituição do documento, desde que devidamente sanado o vício.

**10.9.** Os pagamentos devidos pelo Município serão efetuados por meio de depósito em conta bancária a ser informada pela Contratada.

**10.10.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da Contratada, seja relativa à execução do objeto, seja quanto à documentação exigida para a liberação dos pagamentos, sem que isto gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou interrupção na realização dos serviços.

**10.11.** Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da Contratada.

**10.12.** Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a Contratada dará ao Município plena, geral e irretratável quitação da remuneração referente aos serviços nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

**10.13.** O pagamento ficará condicionado à comprovação de regularidade junto ao INSS (CND) e junto ao FGTS (CRS).

**10.14.** As despesas decorrentes da aquisição objeto da presente Ata serão usadas conforme pedido de notas.

### **11. DAS MULTAS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS**

**11.1.** Fica desde já ajustado que todo e qualquer valor que vier a ser imputado pelo Município à Contratada, a título de multa ou penalidade, reveste-se das características de liquidez e certeza, para efeitos de execução judicial, nos termos do art. 586 do CPC. Reveste-se das mesmas características qualquer obrigação definida nesta Ata/Termo de Referência como de responsabilidade da Contratada e que, por eventual determinação judicial ou administrativa, venha a ser paga pelo Município.

**11.2.** Para assegurar o cumprimento de obrigações definidas nesta Ata/Termo de Referência como de responsabilidade da Contratada, o Município poderá reter parcelas de pagamentos ou eventuais créditos de sua titularidade, mediante simples comunicação escrita à Contratada, bem como executar a garantia prestada ou interpor medida judicial cabível.

**11.3.** As multas e penalidades previstas nesta Ata não têm caráter compensatório, sendo que o seu pagamento não exime a Contratada da responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados ao Município por atos comissivos ou omissivos de sua responsabilidade.

**11.4.** A inexecução total ou parcial do contrato implica em infrações previstas no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021 e alterações.

**11.5.** A adjudicatária ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

**11.5.1.** Pelo **atraso injustificado na execução** do objeto desta licitação:

**a)** Multa de até 10% (dez por cento), sobre o valor total da proposta, e juros de 1% (um por cento) ao mês, pela permanência do atraso ou fração equivalente, incididos sobre o valor da multa



## Prefeitura Municipal de Alto Feliz

**a.1)** Após o 10º (décimo) dia, os materiais poderão, a critério da Administração, não mais serem aceitos, configurando-se a inexecução total do contrato, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e no contrato;

### **11.5.2. Pela inexecução parcial ou total do contrato:**

**a)** advertência;

**b)** Multa:

**b.1)** compensatória no percentual de até 10% (dez por cento) e juros de 1% (um por cento) ao mês, calculada sobre o valor total da contratação, pela recusa em assinar o contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

**b.2)** moratória no percentual correspondente a 1% (um por cento) e juros de 1% (um por cento) ao mês, calculada sobre o valor total da contratação, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 10 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

**b.3)** moratória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do serviço, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato.

**c)** suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

**d)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

**11.6.** O atraso injustificado **durante a realização dos serviços ou a sua realização de forma incompleta, ou ainda em desconformidade com as condições avençadas**, acarretará a aplicação de multa de 0,5% (meio por cento), por dia e por ocorrência, sobre o valor total da contratação, limitada sua aplicação até o máximo de 05 (cinco) dias ou de 05 (cinco) ocorrências, o que ocorrer primeiro.

**11.7.** Após configurada a aplicação 05 (cinco) penalidades estará configurada a inexecução parcial do contrato, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e no contrato.

**11.8.** Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

**11.9.** As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do subitem 24,1 poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

**11.10.** A sanção estabelecida na alínea “d” do subitem 24,1 é de competência exclusiva do Prefeito Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

**11.11.** Nos termos da Lei 14.133/2021 e alterações, quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará sujeito as sanções previstas na Lei 14.133/2021 e alterações.

**11.12.** As multas deverão ser recolhidas no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da notificação enviada pelo (órgão ou entidade).



## Prefeitura Municipal de Alto Feliz

**11.13.** O valor das multas poderá ser descontado da nota fiscal, da garantia ou do crédito existente na Prefeitura em relação à contratada. Caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

**11.14.** As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado.

**11.15.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**11.16.** Quando for constatada a ocorrência de qualquer descumprimento de obrigação contratual, mesmo que parcialmente, o servidor público responsável pelo atestado de recebimento de do objeto, parcial ou total, deverá emitir parecer técnico fundamentado e encaminhá-lo ao respectivo Ordenador de Despesas.

**11.17. O Ordenador de Despesa, ciente do parecer técnico, deverá fazer imediatamente, a devida notificação da ocorrência ao fornecedor, ao qual será facultada a defesa nos termos da legislação vigente.**

## 12. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

**12.1.** O preço registrado poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:

**12.1.1.** Pela Administração, quando houver comprovado interesse público, ou quando o fornecedor:

- a) Não cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços;
- b) Não formalizar contrato decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de se tornar este superior aos praticados no mercado;
- d) incorrer em inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;

**12.1.2.** Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação formal e expressa, comprovar a impossibilidade, por caso fortuito ou força maior, de dar cumprimento às exigências do instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços.

**12.2.** O cancelamento do registro de preços por parte da Administração, assegurados a ampla defesa e o contraditório, será formalizado por decisão da autoridade competente.

**12.2.1.** O cancelamento do registro não prejudica a possibilidade de aplicação de sanção administrativa, quando motivada pela ocorrência de infração cometida pelo particular, observados os critérios estabelecidos na cláusula décima primeira deste instrumento.

**12.3.** Da decisão da autoridade competente se dará conhecimento aos fornecedores, mediante o envio de correspondência, com aviso de recebimento.

**12.4.** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será efetivada através de publicação na imprensa oficial, considerando-se cancelado o preço registrado, a contar do terceiro dia subsequente ao da publicação.

**12.5.** A solicitação, pelo fornecedor, de cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, instruída com a comprovação dos fatos que justificam o pedido, para apreciação, avaliação e decisão da Administração.

## 13. FISCALIZAÇÃO

**13.1.** A Prefeitura, fiscalizará a execução dos serviços, solicitando à CONTRATADA, sempre que achar conveniente, informações do seu andamento.





## Prefeitura Municipal de Alto Feliz

**13.2.** No desempenho de suas atividades, é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.

**13.3.** A ação ou omissão total ou parcial do órgão fiscalizador não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de executar o objeto com toda cautela e boa técnica.

**13.4.** Caberá à fiscalização exercer rigoroso controle do cumprimento de cada uma das etapas da ata, em especial quanto à quantidade e qualidade dos serviços, fazendo cumprir a lei e as disposições do presente edital.

**13.5.** Verificada a ocorrência de irregularidade no cumprimento da ata, a fiscalização tomará as providências legais e contratuais cabíveis, inclusive quanto à aplicação das penalidades previstas na presente ata e na lei Federal n.º 14.133/2021 e alterações.

### **14. CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR**

**14.1** Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou de não aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir:

- a) greve geral;
- b) calamidade pública;
- c) interrupção dos meios de transporte;
- d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e
- e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).

**14.2.** Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pelo fornecedor.

**14.3.** Sempre que ocorrerem as situações elencadas, o fato deverá ser comunicado ao OP, em até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

### **15. DAS RESPONSABILIDADES**

**15.1** A CONTRATADA responsabiliza-se integral e exclusivamente pelas despesas realizadas durante a vigência da Ata, assim como por todos os encargos trabalhistas, previdenciárias, cíveis e tributários decorrentes das relações que ajustar com empregados ou prepostos seus, eventualmente utilizados para auxiliar na prestação dos serviços em tela, ou decorrentes de danos por qualquer razão causados a terceiros, sem qualquer responsabilidade solidária do CONTRATANTE, aos quais desde logo, nesta, assegura o direito de regresso contra a CONTRATADA, em vindo a ser solidariamente responsabilizado.

### **16. DAS OBRIGAÇÕES**

#### **16.1 DO CONTRATANTE:**

- a) Pagar a CONTRATADA, na forma e valores estabelecidos neste contrato;
- b) fiscalizar o cumprimento do contrato.

#### **16.2 DA CONTRATADA:**

- a) Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos constantes no termo de referência, bem como nos termos da sua proposta.



## Prefeitura Municipal de Alto Feliz

- b)** Responsabilizar-se pela integralidade dos ônus, dos tributos, dos emolumentos, dos honorários e das despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos empregados que utilizar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos.
- c)** Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados alocados para a execução do contrato, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).
- d)** Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.
- e)** Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à **CONTRATADA** o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI) e quaisquer outros insumos necessários à prestação dos serviços.
- f)** Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários ao **CONTRATANTE** e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado.
- g)** Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, os serviços em que for verificado vício, defeito ou incorreção resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado.
- h)** Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação, salvo expressa autorização do **CONTRATANTE**.

### 17. DO FORO

**17.1** Elegem as partes, independente de qualquer outro por mais privilegiado que for, o Foro da Comarca de Feliz/RS, para dirimir qualquer dúvida ou questão do presente contrato.

E, por assim haverem acordado, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas na presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada eletronicamente pela Administração Municipal, representada pelo OG, abaixo assinado, e pelo **Sr. Rene Paulo Mossmann**, inscrito no CPF N.º 501.\*\*\*.\*\*\*-15, portador da Carteira de Identidade RG N.º 10\*\*\*\*\*95, representando a EMPRESA REGISTRADA, tendo como testemunhas a Maristela Carneiro Corneau Dutra e o Joélcio de Marqui.

Alto Feliz, em 12 de agosto de 2025.

**Robes Schneider – Prefeito Municipal**

**Órgão Gerenciador - MUNICÍPIO DE ALTO FELIZ**

RENE PAULO

MOSSMANN:50150871015

Assinado de forma digital por RENE

PAULO MOSSMANN:50150871015

Dados: 2025.08.15 09:16:31 -03'00'

**MOSSMANN TERRAPLANAGEM LTDA**

**Rene Paulo Mossmann – Representante Legal**



## Prefeitura Municipal de Alto Feliz CONTRATADA

---

Maristela Carneiro Corneau Dutra – Testemunha

---

Joélcio de Marqui – Testemunha

---

Dr. Daniel Nienov  
OAB/RS nº 51.413  
Assessor Jurídico do Município de Alto Feliz



## Município de Bernardino de Campos

Avenida Coronel Albino Alves Garcia, n° 510, Centro (antigo prédio da estação ferroviária)

Telefone: (14) 3346-8080 Cx Postal 51

CEP 18960-001 Bernardino de Campos Estado de São Paulo

Site: [www.bernardinodecampos.sp.gov.br](http://www.bernardinodecampos.sp.gov.br) email: [gabinete@bernardinodecampos.sp.gov.br](mailto:gabinete@bernardinodecampos.sp.gov.br)

CNPJ: 44.563.591/0001-80

IE: Isento

### **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2025, PROCESSO Nº 34/2025 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESCAVADEIRA, TRATOR DE ESTEIRA E ROLO COMPACTADOR, COM OPERADOR DE MÁQUINAS**

A Prefeitura Municipal de Bernardino de Campos Estado de São Paulo, situada à Av. Cel. Albino Alves Garcia, n° 510, Centro, nesta cidade de Bernardino de Campos/SP, inscrita no CNPJ/MF 44.563.591/0001-80, doravante designada simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR**, representada pelo senhor Prefeito Municipal, o senhor **WILSON JOSÉ GARCIA**, brasileiro, solteiro, empresário, portador do RG n° 41.760.565-1 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n° 313.289.268-85, responsável por este ajuste, juntamente com a empresa **PRIME TECH GESTORA DE MANUFATURAS SUPRIMENTOS TECNOLOGIA E SERVIÇOS**, com sede na Rua Cel. Xavier de Toledo, n° 65, Bairro República, São Paulo, estado de São Paulo, CEP: 01.048-100, e registrada sob o CNPJ n° 52.160.820/0001-44, representada pela senhora **CIBELE FERNANDES DE GODOI**, portadora da Cédula de Identidade (RG) n° 42.591.378-8 e CPF N° 345.096.608-12, doravante designada simplesmente **DETENTORA**, nos termos da Lei Federal n° 14.133, de 1° de abril de 2021 e Lei Complementar n° 123/2006, e das demais normas legais aplicáveis, considerando o resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2025** firmam a presente Ata de Registro de Preços, nas condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, VALORES E QUANTIDADES**

Registro de Preços para futuras e eventuais locações de escavadeira, trator de esteira e rolo compactador, com operador de máquinas, segundo o Anexo I - Termo de Referência do edital do Pregão Eletrônico n° 18/2025, conforme os valores e quantidades da tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Locação de escavadeira de 21 toneladas	500	Horas	R\$ 280,00	R\$ 140.000,00
02	Locação de trator de 18 toneladas tipo D6 Caterpillar ou similar	500	Horas	R\$ 410,00	R\$ 205.000,00
03	Locação de rolo compactador vibro liso com kit pata CA25	200	Horas	R\$ 246,00	R\$ 49.200,00
Valor Total: R\$ 394.200,00 (trezentos e noventa e quatro mil e duzentos reais).					



## **Município de Bernardino de Campos**

*Avenida Coronel Albino Alves Garcia, n° 510, Centro (antigo prédio da estação ferroviária)*

*Telefone: (14) 3346-8080 Cx Postal 51*

*CEP 18960-001 Bernardino de Campos Estado de São Paulo*

*Site: [www.bernardinodecampos.sp.gov.br](http://www.bernardinodecampos.sp.gov.br) email: [gabinete@bernardinodecampos.sp.gov.br](mailto:gabinete@bernardinodecampos.sp.gov.br)*

*CNPJ: 44.563.591/0001-80*

*IE: Isento*

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

#### **2.1 - Compete ao Fornecedor Detentor da Ata:**

2.1.1 - Ser responsável pela prestação dos serviços em conformidade com a proposta e com as especificações estabelecidas no Termo de Referência do edital;

2.1.2 - Comunicar ao Órgão Gerenciador, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários;

2.1.3 - Responder às solicitações do Órgão Gerenciador realizadas por e-mail, telefone ou qualquer outro meio de contato;

2.1.4 - Manter durante a execução deste instrumento, todas as qualificações e habilitações inerentes ao objeto contratual e as exigidas pela legislação vigente;

2.1.5 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

2.1.6 - Atender as determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da Ata de Registro de Preços, ou autoridade superior, (art. 37, II, da Lei nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

2.1.7 - Respeitar as posturas, regulamentos e condições impostas em lei Municipal, Estadual e Federal, que incidirem sobre o objeto do presente certame.

2.1.8 - Não subcontratar, transferir ou ceder as obrigações decorrentes do presente Registro de Preços, salvo motivo justificado e autorização expressa da Prefeitura.

2.1.9 - Entregar os produtos com as especificações compatíveis com a proposta, no prazo e condições dispostos na Cláusula Terceira.

2.1.10 - A DETENTORA declara cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

2.1.11 - A DETENTORA é única e totalmente responsável pelo recolhimento, nos prazos legais, de todos os encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, fundiários, fiscais e outros, decorrentes da presente contratação e sua execução, em quaisquer das esferas: federal, estadual, municipal e privada.

#### **2.2 - Compete ao Órgão Gerenciador:**

2.2.1 - Exercer a fiscalização da execução contratual através de servidor designado, notificando por escrito a DETENTORA sobre a ocorrência de eventuais imperfeições, fixando prazo para a sua correção;

2.2.2 - Encaminhar a autorização de compras no endereço eletrônico indicada pela DETENTORA, informando o endereço para a realização das entregas;

2.2.3 - Realizar o recebimento dos equipamentos e a conferência das quantidades e qualidade, comparando com aquelas estipuladas no edital;

2.2.4 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela DETENTORA;

2.2.5 - Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência;

2.2.6 - Notificar a detentora do preço registrado, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que ele seja substituído, às suas expensas.



## **Município de Bernardino de Campos**

*Avenida Coronel Albino Alves Garcia, nº 510, Centro (antigo prédio da estação ferroviária)*

*Telefone: (14) 3346-8080 Cx Postal 51*

*CEP 18960-001 Bernardino de Campos Estado de São Paulo*

*Site: [www.bernardinodecampos.sp.gov.br](http://www.bernardinodecampos.sp.gov.br) email: [gabinete@bernardinodecampos.sp.gov.br](mailto:gabinete@bernardinodecampos.sp.gov.br)*

*CNPJ: 44.563.591/0001-80*

*IE: Isento*

2.2.7 - Efetuar o pagamento à detentora/contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecido.

2.2.8 - Aplicar à DETENTORA do preço registrado as sanções previstas na lei, edital do certame e seus anexos.

2.2.9 - Comunicar a DETENTORA, imediatamente, por escrito preferencialmente, quando constatada qualquer irregularidade inerente ao objeto, prestando a essa todos os esclarecimentos necessários e oportunos pertinentes ao constatado.

2.2.10 - Fica designado, para efeitos de acompanhamento da execução contratual:

a) Gestor: Gilberto Adriano Massarente, CPF nº 200.747.258-90.

b) Fiscal: Paulo César Júnior Amado, CPF nº 411.119.378-18.

2.2.11 - Constitui, ainda, obrigação e responsabilidade do Órgão Gerenciador, a disponibilização da presente Ata de Registro de Preços, e de possíveis aditamentos, no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, observado o prazo definido no inciso I do artigo 94 da Lei nº 14.133/2021.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

3.1 – O serviço será solicitado conforme demanda via e-mail ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento, e o prazo começará a contar a partir do recebimento deste.

3.1.1- Serão consideradas recebidas as ordens de fornecimento cuja empresa não tenha confirmado o recebimento em até 03 (três) dias.

3.2 - A Secretaria Requisitante informará, com antecedência o local da prestação dos serviços, no momento do envio da solicitação, por e-mail.

3.3 – Prazo para as prestações dos serviços:

a) Não urgente: prazo de 15 (quinze) dias úteis para o início da prestação dos serviços;

b) Urgente: prazo de 06 (seis) dias úteis para o início da prestação dos serviços;

3.4 – O valor da hora de locação será cobrado por horímetro, conforme as horas trabalhadas da máquina requisitada (por motivo de chuva e não havendo condições de trabalho, não será computado no relatório).

3.5- A Contratada deverá apresentar junto a conclusão do serviço, nota fiscal para pagamento.

3.6- A contratada deverá disponibilizar atendimento 07 (sete) dias da semana, inclusive em datas comemorativas e feriados (em caráter de urgência e emergência) por se tratar de recursos que possam comprometer a prestação de serviço público e o devido cumprimento da missão institucional.

3.7- Corre às custas e é de responsabilidade da contratada todo e qualquer equipamento, ferramenta e material que se faça necessário para a realização das prestações dos respectivos serviços, os materiais, ferramentas e equipamentos, devem estar em ótimo estado de conservação, possuir certificados, selos,





## **Município de Bernardino de Campos**

*Avenida Coronel Albino Alves Garcia, n° 510, Centro (antigo prédio da estação ferroviária)*

*Telefone: (14) 3346-8080 Cx Postal 51*

*CEP 18960-001 Bernardino de Campos Estado de São Paulo*

*Site: [www.bernardinodecampos.sp.gov.br](http://www.bernardinodecampos.sp.gov.br) email: [gabinete@bernardinodecampos.sp.gov.br](mailto:gabinete@bernardinodecampos.sp.gov.br)*

*CNPJ: 44.563.591/0001-80*

*IE: Isento*

garantia diversas, placas de alerta e manuais que se façam necessários para a completa segurança dos trabalhadores envolvidos.

3.8- Será por conta da empresa contratada os custos de manutenção, combustível, operador, refeição do operador, EPI do operador e quaisquer outros incidentes e despesa com as referidas máquinas (escavadeira, trator de esteira ou rolo compactador).

3.9- A prefeitura estará isenta de quaisquer taxas e responsabilidade do trator de esteira, da escavadeira e do rolo compactador.

3.10- A DETENTORA é responsável pela segurança do trabalho de todos os colaboradores envolvidos nos processos de manutenções dos bens e patrimônios da Contratante; é responsável ainda pela entrega, gestão e, boas práticas, costumes e ergonomia nos trabalhos realizados.

3.11- A DETENTORA é responsável ainda pela conservação do respectivo bem da maneira como foi repassado (demais funcionalidades que se encontravam em boas condições de uso e higiene).

3.12 – Constatadas irregularidades na prestação dos serviços, tais como o não cumprimento ao exigido neste Termo, a empresa deverá refazer o serviço no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da comunicação da Secretaria à empresa.

3.13- Os serviços prestados pela DETENTORA deverão possuir todas as garantias previstas em lei.

3.14 - A DETENTORA deverá comunicar ao ORGÃO GERENCIADOR, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da prestação dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

3.15- O atraso injustificado na prestação dos serviços acarretará a aplicação das sanções previstas na Ata de Registro de Preços.

3.16 - Em caso de descumprimento das cláusulas do presente instrumento, o fornecedor detentor da ata estará sujeito às penalidades previstas no Edital do Pregão Eletrônico nº 18/2025.

3.17 - O objeto da presente licitação, em cada uma de suas parcelas somente será recebido se não houver a constatação de qualquer irregularidade.

### **CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO**

4.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal, conferido os serviços pela Secretaria requisitante, desde que observada a ordem cronológica prevista no Art. 141 da Lei Federal 14.133/2021, através de depósito bancário em conta corrente da DETENTORA, no Banco Santander, Agência 4338, Conta 07588-75.

4.1.1 - No texto da nota fiscal deverá constar, obrigatoriamente, o objeto da licitação, os valores unitários e totais, o número do processo que deu origem à aquisição (Pregão Eletrônico nº 18/2025, Processo nº 34/2025) e os dados bancários da empresa.



## **Município de Bernardino de Campos**

*Avenida Coronel Albino Alves Garcia, nº 510, Centro (antigo prédio da estação ferroviária)*

*Telefone: (14) 3346-8080 Cx Postal 51*

*CEP 18960-001 Bernardino de Campos Estado de São Paulo*

*Site: [www.bernardinodecampos.sp.gov.br](http://www.bernardinodecampos.sp.gov.br) email: [gabinete@bernardinodecampos.sp.gov.br](mailto:gabinete@bernardinodecampos.sp.gov.br)*

*CNPJ: 44.563.591/0001-80*

*IE: Isento*

4.1.2 - Havendo erro na nota fiscal ou outra circunstância impeditiva, o pagamento ficará suspenso até que a empresa tome as medidas necessárias.

4.2 - Os recursos orçamentários para o atendimento das despesas com as aquisições oriundas da presente Ata de Registro de Preços, irão onerar o orçamento da Prefeitura existentes no exercício em curso.

4.2.1 - Serão indicados no momento de cada contratação.

4.2.2 - Para o exercício seguinte, se for o caso, a Prefeitura se obriga em consignar em sua peça orçamentária os recursos necessários em valor suficiente.

### **CLÁUSULA QUINTA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL**

5.1 - Ficam integrados a esta Ata de Registro de Preços, independente de transcrição, os seguintes documentos: edital de licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 18/2025, Processo nº 34/2025 e seus anexos, proposta da proponente vencedora, atas da sessão, despachos da Pregoeira, homologação do processo licitatório e legislação pertinente à espécie.

5.2 - Será incorporada a esta Ata, mediante alterações, qualquer modificação que venha a ser necessária durante sua vigência.

### **CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA E DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS**

6.1 - O prazo de vigência da presente ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação da respectiva ata, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.2 - Em caso da prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, e desde que haja acordo entre as partes, os preços registrados poderão ser reajustados pelo índice IPC-FIPE relativo aos 12 (doze) últimos meses já publicados, sem prejuízo da manutenção da vantajosidade dos preços.

6.2.1 - A vantajosidade do preço registrado deverá ser comprovada no seu processo pelo órgão gerenciador da ata, através de pesquisa de mercado.

6.3 - Durante a vigência da Ata o preço registrado será fixo e irrevogável, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações:

a) Quando, e se houver, após criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços, conforme dispõe o artigo nº 134 da Lei nº 14.133/2021;

b) Para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do “contrato” em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato/ata tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato/ata, conforme dispõe a alínea “d” do inciso II do artigo 24 da Lei nº 14.133/2021.





## **Município de Bernardino de Campos**

*Avenida Coronel Albino Alves Garcia, n° 510, Centro (antigo prédio da estação ferroviária)*

*Telefone: (14) 3346-8080 Cx Postal 51*

*CEP 18960-001 Bernardino de Campos Estado de São Paulo*

*Site: [www.bernardinodecampos.sp.gov.br](http://www.bernardinodecampos.sp.gov.br) email: [gabinete@bernardinodecampos.sp.gov.br](mailto:gabinete@bernardinodecampos.sp.gov.br)*

*CNPJ: 44.563.591/0001-80*

*IE: Isento*

6.4 - Na ocorrência da criação ou da majoração de tributos incidentes, bem como do desequilíbrio contratual, caberá à Detentora, exclusivamente, a sua comprovação.

6.4.1 - A Prefeitura responderá aos pedidos eventuais de repactuação de preço ou do restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis.

6.5 - Comprovada redução do preço praticado no mercado nas mesmas condições do registro, ou alteração negativa ou ainda a extinção de tributos incidentes, o novo preço máximo a ser pago, a Detentora será convocada pela Prefeitura para a devida alteração do valor registrado.

6.5.1 - Mesmo comprovada a ocorrência das situações acima previstas a Prefeitura, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata para possibilitar que se inicie outro procedimento licitatório.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - HIPÓTESES DE CANCELAMENTO E SUAS CONSEQUÊNCIAS**

7.1 - O cancelamento da presente Ata de Registro de Preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento de sua execução, devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público, à qual incluem as situações em que a DETENTORA:
- b) descumprir as condições pactuadas;
- c) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- e) a pedido da DETENTORA, mediante apresentação de justificativa e comprovação da ocorrência de fato superveniente e/ou caso fortuito ou força maior, no qual demonstre a inviabilidade do seu fornecimento;
- f) por iniciativa da Prefeitura na situação do subitem 6.5.1 desta Ata.

7.2 - Não comprovada a ocorrência de fato superveniente e/ou caso fortuito ou força maior, no qual demonstre a inviabilidade do seu fornecimento, a detentora cometerá infração administrativa, se sujeitando às sanções previstas na Cláusula Oitava - Sanções, desta ARP.

### **CLÁUSULA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1 - A DETENTORA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- 8.1.1 - Dar causa à inexecução parcial ou total do contrato;
- 8.1.2 - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 8.1.3 - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 8.1.4 - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 8.1.5 - Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação sem motivo justificado;



## *Município de Bernardino de Campos*

*Avenida Coronel Albino Alves Garcia, n° 510, Centro (antigo prédio da estação ferroviária)*

*Telefone: (14) 3346-8080 Cx Postal 51*

*CEP 18960-001 Bernardino de Campos Estado de São Paulo*

*Site: [www.bernardinodecampos.sp.gov.br](http://www.bernardinodecampos.sp.gov.br) email: [gabinete@bernardinodecampos.sp.gov.br](mailto:gabinete@bernardinodecampos.sp.gov.br)*

*CNPJ: 44.563.591/0001-80*

*IE: Isento*

8.1.6 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

8.1.7 - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.8 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.9 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

8.1.10 - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência;

8.2.2. Multa;

8.2.3. Impedimento de licitar e contratar;

8.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

8.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

8.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4 - A sanção prevista no item 8.2.1 (Advertência) será aplicada exclusivamente no caso de inexecução parcial do contrato que não cause graves danos à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

8.5 - A sanção prevista no item 8.2.2 (Multa) será aplicada o percentual de 10% (dez por cento) do valor inadimplido e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 8.1.

8.6 - A sanção prevista no item 8.2.3 (Impedimento de licitar e contratar) será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 8.1.1 a 8.1.10, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública Municipal direta e indireta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

8.7 - A sanção prevista no item 8.2.4 (Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 8.1.1 a 8.1.10 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 8.2.3 (Impedimento de licitar e contratar), e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.



## **Município de Bernardino de Campos**

*Avenida Coronel Albino Alves Garcia, n° 510, Centro (antigo prédio da estação ferroviária)*

*Telefone: (14) 3346-8080 Cx Postal 51*

*CEP 18960-001 Bernardino de Campos Estado de São Paulo*

*Site: [www.bernardinodecampos.sp.gov.br](http://www.bernardinodecampos.sp.gov.br) email: [gabinete@bernardinodecampos.sp.gov.br](mailto:gabinete@bernardinodecampos.sp.gov.br)*

*CNPJ: 44.563.591/0001-80*

*IE: Isento*

8.8 - As sanções previstas nos itens 8.2.1, 8.2.3 e 8.2.4 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no item 8.2.2.

8.9 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.10 - A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.11 - A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

8.12 - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.13 - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento

8.14 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.15 - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### **CLÁUSULA NONA - PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

9.1 - As partes deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenham acesso, para o propósito de execução e acompanhamento deste Contrato/Ata, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.



## *Município de Bernardino de Campos*

*Avenida Coronel Albino Alves Garcia, n° 510, Centro (antigo prédio da estação ferroviária)*

*Telefone: (14) 3346-8080 Cx Postal 51*

*CEP 18960-001 Bernardino de Campos Estado de São Paulo*

*Site: [www.bernardinodecampos.sp.gov.br](http://www.bernardinodecampos.sp.gov.br) email: [gabinete@bernardinodecampos.sp.gov.br](mailto:gabinete@bernardinodecampos.sp.gov.br)*

*CNPJ: 44.563.591/0001-80*

*IE: Isento*

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DIPOSIÇÕES GERAIS**

10.1 - Fica eleito o Foro de Ipaussu - SP, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata não resolvidas na esfera administrativa.

10.2 - Aplica-se, na execução da presente Ata de Registro de Preços, as disposições da Lei nº 14.133/2021, inclusive aos casos omissos.

10.3 - Nada mais havendo a ser declarado, foi dada por encerrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelas partes.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em três vias de igual teor, obrigando-se por si e sucessores para que surta todos os efeitos de direito, o que dão por bom, firme e valioso.

Bernardino de Campos/SP, 12 de junho de 2025.

---

WILSON JOSÉ GARCIA

ORGÃO GERENCIADOR: **MUNICÍPIO DE BERNARDINO DE CAMPOS**

---

CIBELE FERNANDES DE GODOI

REPRESENTANDO A EMPRESA: **PRIME TECH GESTORA DE MANUFATURAS SUPRIMENTOS TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA.**

### **TESTEMUNHAS:**

HELINEIDE SOARES DE O. ESTEVES

RG: 41.760.548-1/SSP-SP

CARLOS EDUARDO DOS SANTOS PAULA

RG: 50.802.095-5/SSP-SP



## **Município de Bernardino de Campos**

*Avenida Coronel Albino Alves Garcia, nº 510, Centro (antigo prédio da estação ferroviária)*

*Telefone: (14) 3346-8080 Cx Postal 51*

*CEP 18960-001 Bernardino de Campos Estado de São Paulo*

*Site: [www.bernardinodecampos.sp.gov.br](http://www.bernardinodecampos.sp.gov.br) email: [gabinete@bernardinodecampos.sp.gov.br](mailto:gabinete@bernardinodecampos.sp.gov.br)*

*CNPJ: 44.563.591/0001-80*

*IE: Isento*

### **TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO**

**ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO REGISTRO:** Prefeitura Municipal de Bernardino de Campos, CNPJ nº 44.563.591/0001-80, com sede na Av. Cel. Albino Alves Garcia, nº 510, Centro, no Município de Bernardino de Campos/SP.

**DETENTORA:** PRIME TECH GESTORA DE MANUFATURAS SUPRIMENTOS TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA

#### **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 88/2025**

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA LOCAÇÃO, DE ESCAVADEIRA, TRATOR DE ESTEIRA E ROLO COMPACTADOR, COM OPERADOR DE MÁQUINAS.

**Valor Total do Registro:** R\$ 394.200,00 (trezentos e noventa e quatro mil e duzentos reais)

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

#### **1. Estamos CIENTES de que:**

- a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) As informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

#### **2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Bernardino de Campos/SP, 12 de junho de 2025





## **Município de Bernardino de Campos**

*Avenida Coronel Albino Alves Garcia, n° 510, Centro (antigo prédio da estação ferroviária)*

*Telefone: (14) 3346-8080 Cx Postal 51*

*CEP 18960-001 Bernardino de Campos Estado de São Paulo*

*Site: [www.bernardinodecampos.sp.gov.br](http://www.bernardinodecampos.sp.gov.br) email: [gabinete@bernardinodecampos.sp.gov.br](mailto:gabinete@bernardinodecampos.sp.gov.br)*

*CNPJ: 44.563.591/0001-80*

*IE: Isento*

### **AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE**

**Nome:** Wilson José Garcia

**Cargo:** Prefeito Municipal

**CPF:** 313.289.268-85

### **RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

**Nome:** Wilson José Garcia

**Cargo:** Prefeito Municipal

**CPF:** 313.289.268-85

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

### **RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

**Pela CONTRATANTE:**

**Nome:** Wilson José Garcia

**Cargo:** Prefeito Municipal

**CPF:** 313.289.268-85

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

**Pela CONTRATADA:**

**Nome:** Cibele Fernandes de Godoi

**Cargo:** Proprietária

**CPF:** 345.096.608-12

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

### **ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

**Nome:** Paulo César Júnior Amado

**Cargo:** Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos e Rurais

**CPF:** 411.119.378-18

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

### **GESTOR(ES) DO CONTRATO:**

**Nome:** Gilberto Adriano Massarente

**Cargo:** Secretário Municipal de Transportes

**CPF:** 200.747.258-90

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

### **FISCAL (IS) DO CONTRATO:**

**Nome:** Paulo César Júnior Amado

**Cargo:** Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos e Rurais

**CPF:** 411.119.378-18

**Assinatura:** \_\_\_\_\_



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO RP Nº 004/2026  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2026

O **MUNICÍPIO DE CAIBI**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua dos Imigrantes, nº 499, Centro, na cidade de Caibi, Estado de Santa Catarina, CEP 89888-000, inscrito no CNPJ sob o nº 82.940.776/0001-56, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **EDER PICOLI**, doravante denominado **CONTRATANTE** inscrito no CPF sob o Nº \*\*\*.627.519-\*\* e portador da Cédula de Identidade Nº \*.619.\*\*\*, e a empresa **LIDER TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 00.344.235/0001-09, estabelecida na Rua Santa Catarina, nº 630, centro, no município de Cunha Porã, estado de Santa Catarina, CEP 89890-000, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Sócio Administrador **MARCIANO PASQUALOTTO**, portador(a) do CPF nº \*\*\*.773.\*\*\*-49 e Cédula de Identidade nº 2.\*\*\*.978, resolvem REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS-MÁQUINA (TRATOR DE ESTEIRAS, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, MOTONIVELADORA, CAMINHÃO CAÇAMBA, MINIESCAVADEIRA E ROMPEDOR), PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE CAIBI/SC, em decorrência do Processo Licitatório nº 047/2026, na Modalidade de Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 004/2026, homologado em 18/02/2026:

1. As partes resolvem registrar preços dos seguintes itens abaixo especificados:

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRATOR DE ESTEIRAS EQUIPADO COM LÂMINA DIANTEIRA, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 170 HP E PESO OPERACIONAL MÍNIMO IGUAL OU SUPERIOR A 17 TONELADAS, INCLUINDO OPERADOR HABILITADO E TODAS AS DESPESAS PARA EXECUÇÃO DOS TRABALHOS.	HORAS	n/c	300	R\$349,00	R\$104.700,00
3	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRA, PESO OPERACIONAL DE NO MÍNIMO 22 TONELADAS, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 158HP, COM CONCHA COM CAPACIDADE MÍNIMA 1,4M³, INCLUINDO OPERADOR HABILITADO E TODAS AS DESPESAS PARA EXECUÇÃO DOS TRABALHOS.	HORAS	n/c	400	R\$229,00	R\$91.600,00
4	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 138 HP E PESO OPERACIONAL MÍNIMO IGUAL OU SUPERIOR A 21 TONELADAS, COM CONCHA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 0,90 M³, INCLUINDO OPERADOR HABILITADO E TODAS AS DESPESAS PARA EXECUÇÃO DOS TRABALHOS.	HORAS	n/c	300	R\$255,00	R\$76.500,00
10	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MINI ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, COM PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 2,2 TONELADAS, INCLUINDO OPERADOR HABILITADO E TODAS AS DESPESAS PARA EXECUÇÃO DOS TRABALHOS.	HORAS	n/c	200	R\$155,00	R\$31.000,00
Total do Fornecedor:						R\$303.800,00





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

2. As quantidades que vierem a ser adquiridas serão definidas quando da emissão da nota de empenho/pedido de entrega.
3. Os serviços deverão ocorrer no **prazo máximo de 24 horas** após a emissão da Ordem de Serviço, salvo na ocorrência de caso fortuito ou força maior.
4. Este instrumento tem prazo de vigência de 1 (um) ano, contados da data da última assinatura, **podendo ser prorrogada por igual período, inclusive com renovação dos quantitativos, desde que comprovado o preço vantajoso, e nos demais termos do prejulgado 2526 do TCE/SC.**
5. Esta ata é vinculada ao edital do Processo Licitatório nº 047/2026 na Modalidade de Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 004/2026, homologado em 18/02/2026, e à proposta do licitante vencedor **LIDER TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES LTDA.**
6. Esta ata rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133/2021.
7. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.
8. Para fins de garantir a ampla publicidade, esta ata e/ou seu extrato será divulgado:
  - I - Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, a partir da adoção pelo Município (art. 176, III c/c p. ú. da Lei nº 14.133/2021);
  - II - Página do Município de Caibi ([www.caibi.atende.net](http://www.caibi.atende.net));
  - III - Diário Oficial dos Municípios – DOM (art. 176, p. ú., I da Lei nº 14.133/2021);

Caibi – SC, 18 de fevereiro de 2026.

EDER  
PICOLI:0166  
2751907  
Assinado de forma digital por EDER PICOLI:01662751907  
Dados: 2026.02.18 15:18:54 -03'00'  
**EDER PICOLI**  
Prefeito Municipal  
Contratante

LIDER  
TERRAPLANAGEM E  
TRANSPORTES  
LTDA:00344235000109  
Assinado de forma digital por LIDER TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES LTDA:00344235000109  
Dados: 2026.02.19 13:41:54 -03'00'  
**MARCIANO PASQUALOTTO**  
Sócio administrador  
Contratado

TAISON  
GASPARIN  
Assinado de forma digital por TAISSON GASPARIN  
Dados: 2026.02.18 15:22:35 -03'00'  
**TAISSON GASPARIN**  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 52.373

DECLARO que sou Fiscal da presente Ata, recebi uma cópia e estou incumbido de acompanhar o fiel cumprimento deste instrumento.

Assinado eletronicamente por:  
CLEVERSON CASON  
\*\*\*.156.489-\*\*  
19/02/2026 07:29:46  
Assinatura digital avançada.

Assinado eletronicamente por:  
LEOMAR CESAR SANTIN  
\*\*\*.807.579-\*\*  
18/02/2026 16:13:55  
Assinatura digital avançada.

Nome





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA  
PODER EXECUTIVO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS OU DOCUMENTO EQUIVALENTE PREGÃO  
ELETRÔNICO Nº 200/PMNV/2025**

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA/SC**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 91/2025  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 200/PMNV/2025**

No dia 11 do mês de dezembro do ano de 2025 firmaram o presente compromisso, de um lado o MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.916.826/0001-60, com endereço na Travessa Oswaldo Búrigo, nº. 44, Centro, Nova Veneza - SC, representado pela Sra. ÂNGELA MARIANA PANATO GHISLANDI DE MELO, Prefeita Municipal, doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, e a empresa abaixo qualificada, doravante denominada DETENTORA DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Eletrônico, Processo Licitatório nº 200/PMNV/2025 que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, obedecendo integralmente às especificações e disposições contidas no edital da licitação, Termo de Referência e demais anexos, no instrumento de contratação (AF) e na proposta apresentada.

**DETENTORA DA ATA:** CORREA NUNES PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.961.633/0001-29, com sede a Rua Evelto Galdino, n.º 73, Imigrantes, em Criciúma, SC, e-mail: correanunesltda@hotmail.com, telefone: (48) 9 9993-0246.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 OBJETO: REGISTRAR PREÇOS para contratação de horas/máquina de motoniveladora, escavadeira hidráulica e rolo compactador, conforme demanda, destinadas ao atendimento das necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos do Município de Nova Veneza/SC.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS REGISTRADOS**

2.1 Os valores unitários dos itens registrados nesta ata são os relacionados abaixo:

Item	Und	Qtd	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	M	1.500	SERVIÇO DE MOTONIVELADORA PESO OPERACIONAL MPINIMO DE 16 TONELADAS ATÉ 21 TONELADAS   ANO DE FABRICAÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 2019   BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO	R\$ 371,00	R\$ 556.500,00
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ 556.500,00</b>

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ENTREGA DO OBJETO**

3.1 O prazo e o local de entrega serão informados juntamente com Autorização de Fornecimento - AF, que deverão ser rigorosamente cumpridos, sob pena de aplicação das penalidades previstas nesta ata de registro de preços.

**Fone: (048) 3471-1766**

Travessa Oswaldo Búrigo, nº 44 – CEP 88.865-000 - NOVA VENEZA/SC - CNPJ  
82.916.826/0001-60

**CAPITAL NACIONAL DA GASTRONOMIA TÍPICA ITALIANA – Lei Federal nº  
13.678/18**



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA  
PODER EXECUTIVO**

3.1.1 O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de acordo com o prazo estabelecido no Termo de Referência, e contará a partir da data de recebimento da Autorização de Fornecimento - AF.

3.2 O setor competente do Órgão Gerenciador processará a conferência do objeto, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a Detentora da Ata para substituição daquele entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.2.1 Na hipótese de não aceitação do objeto, este deverá ser retirado e realizada sua reposição no prazo previsto no Termo de Referência, contado a partir da notificação da não aceitação.

3.2.2 Nos casos de a Detentora da Ata não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a sua substituição, o fiscal responsável pelo recebimento comunicará formalmente o gestor da ata para que sejam procedidas suas providências, nos termos do Decreto Municipal nº. 069/2023, sob pena de responsabilidade.

3.2.3 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Detentora da Ata pela perfeita execução do empenho, ficando obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

3.3 O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo fiscal do Órgão Gerenciador, com base nas exigências previstas no edital, Termo de Referência, demais anexos e de acordo com a proposta de preços pertencente ao processo licitatório, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

3.4 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Órgão Gerenciador a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES**

4.1 O Órgão Gerenciador obriga-se a:

- a) Atestar as notas fiscais à efetiva execução do objeto desta ata;
- b) Aplicar à Detentora da Ata penalidade, quando for o caso;
- c) Prestar à Detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;
- d) Efetuar o pagamento à Detentora da Ata no prazo, após a entrega do objeto e da respectiva nota fiscal no setor competente;
- e) Notificar a Detentora da Ata, por escrito, da aplicação de qualquer sanção.

4.2 A Detentora da Ata obriga-se a:

- a) Prestar os serviços de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;
- b) Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto;
- c) Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;
- d) Executar o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;
- e) Substituir, imediatamente, qualquer profissional cujo desempenho e conduta sejam considerados pelo Órgão Gerenciador como inconvenientes para o desempenho dos serviços;
- f) Fornecer e entregar o objeto desta ata, parceladamente, de acordo com as necessidades do Órgão Gerenciador, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre por meio de Autorizações de Fornecimento previamente emitidas.

**Fone: (048) 3471-1766**

Travessa Oswaldo Búrigo, nº 44 – CEP 88.865-000 - NOVA VENEZA/SC - CNPJ  
82.916.826/0001-60

**CAPITAL NACIONAL DA GASTRONOMIA TÍPICA ITALIANA – Lei Federal nº  
13.678/18**



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA  
PODER EXECUTIVO**

g) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados ao Órgão Gerenciador, devidamente caracterizada a imperícia ou culpa de seus profissionais, cujos valores serão descontados de fatura seguinte da Detentora da Ata, sem prejuízo das demais sanções previstas.

**CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E REVISÃO DE PREÇOS**

5.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, conforme artigo 82 da Lei nº. 14.133/2021.

5.2 Os valores registrados na Ata de Registro de Preços são fixos e irrevogáveis, salvo com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro deste instrumento, em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo ao Órgão Gerenciador promover as negociações junto ao detentor da ata, observadas as disposições contidas na legislação vigente.

5.2.1 A alteração dos preços registrados e a negociação previstas no item anterior seguirão os padrões adotados pela federação, nos termos do Decreto Municipal nº. 069/2023.

5.2.2 Nas hipóteses de solicitação para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, a Detentora da Ata deverá formalizar pedido com as devidas justificativas e comprovações, protocolando-o junto com a Secretaria demandante do objeto.

5.3 O prazo de validade da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, a contar da data de assinatura deste documento, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

5.3.1 Sendo prorrogada a vigência nos termos do item anterior, será reestabelecido todo o quantitativo original da referida ata.

**CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

6.1 O valor total da contratação é de **R\$ 556.500,00 (quinhentos e cinquenta e seis mil e quinhentos reais).**

6.1.1 O pagamento será no prazo estabelecido no Termo de Referência, após a data do “certifico” na nota fiscal, por meio de ordem bancária ou na tesouraria da Secretaria de Finanças do Município.

6.1.2 A nota fiscal deverá ser acompanhada dos respectivos relatórios que comprovem a execução dos serviços em conformidade ao discriminado na proposta contratada.

6.1.3 O “certifico” do responsável do Município de Nova Veneza, autorizado para o recebimento, consiste na sua assinatura, data e respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores do objeto.

6.1.4 Na nota fiscal deverá constar, necessariamente, as seguintes informações:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar;
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;
- g) Informação da retenção de Imposto de Renda – IR, com base na Instrução Normativa RFB nº. 1.234 de 2012;
- h) Número do Processo de Licitação, número da Solicitação de Fornecimento – SF e número da Ata de Registro de Preços;
- i) Dados bancários: Banco, Agência e número da Conta-Corrente;
- j) Caso o pagamento, ou parte dele, seja efetuado com recursos oriundos de convênio, a nota fiscal deverá conter também a expressão “Convênio” seguido do número do referido instrumento e o nome da concedente.

6.2 Além do relatório de serviços e nota fiscal, a Detentora da Ata deverá comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista.

**Fone: (048) 3471-1766**

Travessa Oswaldo Búrigo, nº 44 – CEP 88.865-000 - NOVA VENEZA/SC - CNPJ  
82.916.826/0001-60

**CAPITAL NACIONAL DA GASTRONOMIA TÍPICA ITALIANA – Lei Federal nº  
13.678/18**



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA  
PODER EXECUTIVO**

6.3 O prazo de pagamento previsto só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Nova Veneza/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

6.4 O recebimento do objeto ou a constatação de irregularidades pelo fiscal ou suplente desta ata será procedida conforme reza o edital do processo licitatório que gerou a presente Ata de Registro de Preços.

6.5 O Município não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO**

7.1 O objeto da presente ata será contratado, conforme o caso, pelo Órgão Gerenciador, por meio de instrumento formal de solicitação, sendo obrigatório informar ao Setor de Compras os quantitativos das aquisições.

7.1.1 A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, serão igualmente autorizados pela mesma autoridade, ou a quem este delegar a competência para tanto.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1 A Detentora da Ata será responsabilizada administrativamente, nos termos do art. 155 da Lei Federal nº. 14.133/2021, pelas infrações previstas no Edital que independente de sua transcrição é parte integrante desta ata.

8.2 Observados o contraditório e a ampla defesa, todas as sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, serão aplicadas pela autoridade máxima do Município.

8.3 O processo administrativo para aplicação das penalidades previstas na Lei Federal nº. 14.133/2021, seguirá o rito determinado no Decreto Municipal nº. 069/2023, instaurado por comissão específica, conforme provocação.

8.3.1 Após concluído o processo administrativo, a comissão processante encaminhará seu relatório e parecer conclusivo à autoridade máxima para decisão final, a necessária homologação e as devidas providências administrativas.

8.3.2 No caso de aplicação de multa, conforme prevê o inciso II do art. 156 da lei federal nº 14.133, de 2021, serão observadas as situações relacionadas no Decreto Municipal nº. 058/2023, assegurada a ampla defesa.

8.4 A aplicação das penalidades previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO**

9.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada parcialmente na sua totalidade, limitando-se ao que prevê o Decreto Municipal nº. 069/2023.

9.2 A pedido da Detentora da Ata, poderá ser processado o cancelamento da ata na ocorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o seu cumprimento, desde que devidamente comprovados.

9.2.1 A solicitação da Detentora da Ata para cancelamento dos preços registrados deverá ser formalizada e protocolada junto a Secretaria demandante do objeto, com antecedência de 30 (trinta) dias, facultado à Administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 As despesas decorrentes da presente ata de registro de preços correrão por conta da dotação orçamentária correspondente ao exercício de 2025 de n.º:

(76) 10.001.2040.3.3.90.00.00.00.00 (Recursos Ordinários 1.501.0000.0000).

**Fone: (048) 3471-1766**

Travessa Oswaldo Búrigo, nº 44 – CEP 88.865-000 - NOVA VENEZA/SC - CNPJ  
82.916.826/0001-60

**CAPITAL NACIONAL DA GASTRONOMIA TÍPICA ITALIANA – Lei Federal nº  
13.678/18**



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA  
PODER EXECUTIVO**

Sendo que a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização da Autorização de Fornecimento - AF, ou de outro instrumento contratual, se necessário.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA**

11.1 O gestor e o Fiscal desta ata será(ão) designado(s) através de portaria, o qual poderá ser substituído apenas com a autorização e designação da autoridade máxima, sendo que a substituição deverá ser formalizada por meio de apostilamento.

11.2 O fiscal e seu suplente são agentes públicos designados para acompanhar e fiscalizar o recebimento ou execução do objeto contratado, conforme atribuições relacionadas no Decreto Municipal nº. 069/2023.

11.3 O gestor e seu suplente desempenharão a função, nos termos do Decreto Municipal nº. 069/2023, com o objetivo de aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração por meio do objeto contratado.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1 Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na ata de registro de preços, exceto quando tratar-se do reestabelecimento das quantidades inerentes à prorrogação da vigência da ata.

12.2 Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital, seu Termo de Referência, demais anexos e a proposta da Detentora desta ata.

12.3 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº. 069/2023, subsidiariamente com o Decreto Federal nº. 11.462 de 31 de março de 2023, no que não colidir com as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

13.1 Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Criciúma, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste instrumento, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

As partes assinam o presente por seus representantes legais em via única, que será divulgada e mantida à disposição do público em sítio eletrônico oficial deste Município.

Nova Veneza/SC, 11 de dezembro de 2025.

**MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA**  
**ÂNGELA MARIANA PANATO GHISLANDI DE MELO**  
**Prefeita Municipal**  
**Contratante**

**CORREA NUNES PRESTADORA DE**  
**SERVIÇOS LTDA**  
**Contratada**

**EDUARDO VASSOLER UGIONI**  
**Gestor**  
**CPF nº: \*\*\*,\*\*\*,\*\*\*-52**

**PAULO CÉSAR BARBOSA DE MELO**  
**Fiscal**  
**CPF nº: \*\*\*,\*\*\*,\*\*\*-80**

**Fone: (048) 3471-1766**

Travessa Oswaldo Búrigo, nº 44 – CEP 88.865-000 - NOVA VENEZA/SC - CNPJ  
82.916.826/0001-60

**CAPITAL NACIONAL DA GASTRONOMIA TÍPICA ITALIANA – Lei Federal nº**  
**13.678/18**



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 18/2025**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 93/2025**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 93/2025**

Aos primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco (01/08/2025), no Município de Paraíso, Estado de Santa Catarina, compareceram as partes: de um lado, o **MUNICÍPIO DE PARAÍSO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 80.912.009/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr.(a) **GILBERTO BELEGANTE**, doravante denominado **ADMINISTRAÇÃO**; e de outro lado, a empresa abaixo qualificada, doravante denominada **DETENTORA DA ATA**. As partes firmam a presente Ata de Registro de Preços, em conformidade com o resultado do julgamento do processo licitatório supracitado, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, e em consonância com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue o licitante que participou da licitação e que teve itens vencedores:

<b>Código</b>	<b>Nome da Empresa</b>	<b>Itens</b>
130613	MAIRA TOMAZEL I&B	1, 2, 3

A empresa detentora da Ata dos itens resolve firmar a presente Ata de Registro de Preços em conformidade com o resultado da licitação decorrente do processo licitatório acima especificado, regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, pelo Decreto Municipal nº 2.864/2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços no âmbito municipal, bem como pelas condições estabelecidas no Edital, na proposta apresentada e nas demais disposições aplicáveis, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

<b>Empresas</b>	<b>CNPJ/CPF</b>	<b>Nome do Representante</b>	<b>CPF</b>
MAIRA TOMAZEL I&B	53.465.179/0001-19	MAIRA TOMAZEL	055.021.779-71

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo formalizar a Ata de Registro de Preços, em decorrência da seleção da proposta mais vantajosa no processo licitatório acima especificado referente a **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÁQUINAS PESADAS, COM NO MÁXIMO 10 ANOS DA DATA DE FABRICAÇÃO, SENDO MOTONIVELADORA DE, NO MÍNIMO, 18 TONELADAS; ROLO COMPACTADOR DE SOLO DE, NO MÍNIMO, 15 TONELADAS; E ESCAVADEIRA HIDRÁULICA DE, NO MÍNIMO, 23 TONELADAS, COM OPERADOR E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATADA, DESTINADOS À REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS E VIAS PÚBLICAS NÃO PAVIMENTADAS NO MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC**. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições estabelecidas no ato convocatório, em seus anexos, nas propostas de preços, bem como nos demais documentos e Atas referentes ao Processo Licitatório acima descrito, os quais integram este instrumento, independentemente de transcrição, durante o prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a efetivar contratações com os respectivos fornecedores, nem a adquirir a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a adoção de outros meios legalmente previstos na legislação de licitações, sem cabimento de recurso. É assegurado ao beneficiário do registro de preços o direito de preferência, em igualdade de condições.

1.3. Durante a vigência da presente Ata, poderá ser firmado contrato entre as partes, conforme os modelos e condições estabelecidos em anexo ao Edital.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**



2.1. O preço unitário para o fornecimento do objeto registrado corresponde ao MENOR PREÇO GLOBAL, conforme consta na Ata do processo licitatório acima identificado e de acordo com a ordem de classificação das propostas apresentadas, as quais integram o presente instrumento, independentemente de transcrição, pelo prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, conforme segue:

Fornecedor: MAIRA TOMAZEL I&B					
Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit	Valor Total
01	SERVIÇO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, MÍNIMO 23 TONELADAS, COM OPERADOR, COMBUSTÍVEL E MANUTENÇÃO INCLUSOS. MÁQUINA COM ATÉ 10 ANOS DA DATA DE FABRICAÇÃO.	HORA	293	R\$ 449,64	R\$ 131.744,52
02	SERVIÇO DE MOTONIVELADORA, MÍNIMO 18 TONELADAS, COM OPERADOR, COMBUSTÍVEL E MANUTENÇÃO INCLUSOS. MÁQUINA COM ATÉ 10 ANOS DA DATA DE FABRICAÇÃO.	HORA	309	R\$ 423,63	R\$ 130.901,67
03	SERVIÇO DE ROLO COMPACTADOR DE SOLO, MÍNIMO 15 TONELADAS, COM OPERADOR, COMBUSTÍVEL E MANUTENÇÃO INCLUSOS. MÁQUINA COM ATÉ 10 ANOS DA DATA DE FABRICAÇÃO.	HORA	251	R\$ 346,19	R\$ 86.893,69
TOTAL:					R\$ 349.539,88

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Os preços poderão ser revistos, para mais ou para menos, em caso de comprovada alteração dos preços de mercado, visando ao restabelecimento do equilíbrio inicial, conforme previsto no art. 124, inciso II, alínea 'd', da Lei nº 14.133/2021.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de preço, serão observados os procedimentos que tratam o edital de licitações.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da data de sua assinatura.

3.2. A Ata poderá ser prorrogada, por igual período, conforme disposto no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que:

- a) os preços registrados permaneçam vantajosos para a Administração;
- b) ainda exista saldo remanescente nos quantitativos registrados;
- c) sejam observados os procedimentos estabelecidos no edital do certame.

3.3. A prorrogação da Ata será estritamente limitada ao saldo remanescente existente à época da prorrogação, sendo vedada a inclusão de novos itens ou o acréscimo de quantitativos.

### CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas ao objeto deste Edital.

### CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete às partes o cumprimento das obrigações estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos integrantes do processo licitatório que deu origem à presente Ata de Registro de Preços.

#### 5.2. Obrigações da Contratada

5.2.1 São obrigações da empresa detentora da Ata, sem prejuízo das demais disposições legais, contratuais e editalícias:

- a) Atender, com rigor e em consonância com as disposições contratuais, editalícias e desta Ata, ao objeto registrado;



- b) Assumir integralmente todos os ônus relativos a pessoal, bem como os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, nas esferas municipal, estadual e federal, eximindo a Contratante de quaisquer responsabilidades perante terceiros;
- c) Responder pelos danos causados ao Município ou a terceiros, decorrentes da execução dos serviços, isentando-o de quaisquer reclamações, inclusive as oriundas de atos de seus prepostos ou subcontratados;
- d) Manter, durante toda a vigência da Ata, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;
- e) Responsabilizar-se por todos os danos e prejuízos causados à Administração ou a terceiros, em decorrência de culpa ou dolo;
- f) Disponibilizar os equipamentos objeto desta Ata em perfeito estado de funcionamento, com manutenções preventivas e corretivas atualizadas, prontos para operação conforme demanda e Ordens de Compra emitidas;
- g) Fornecer operadores habilitados, treinados e com experiência comprovada na operação dos equipamentos, arcando com todos os encargos decorrentes da relação de trabalho;
- h) Fornecer, sem ônus adicional à Administração, todo o combustível, lubrificantes, ferramentas, transporte e insumos necessários à execução dos serviços;
- i) Arcar com os custos de mobilização e desmobilização dos equipamentos, incluindo transporte, deslocamentos e despesas dentro do território municipal;
- j) Cumprir os prazos estipulados nas Ordens de Serviço, iniciando os trabalhos no prazo máximo previsto no edital e mantendo a continuidade até sua conclusão, salvo determinação da fiscalização;
- k) Cumprir as normas de segurança do trabalho e de proteção ambiental, responsabilizando-se integralmente por quaisquer danos causados a bens públicos, privados, ao meio ambiente ou a terceiros;
- l) Substituir imediatamente equipamentos com falhas operacionais ou operadores não aptos, ausentes ou que descumpram orientações da fiscalização;
- m) Manter à disposição da fiscalização os boletins diários de medição, devidamente assinados pelo operador e pelo fiscal do contrato, contendo o registro detalhado das horas efetivamente trabalhadas;
- n) Obedecer às orientações, cronogramas e determinações da Secretaria Municipal de Obras, inclusive eventuais reprogramações conforme prioridades da Administração.

### **5.3. Obrigações da Contratante**

5.3.1 À Administração Municipal, na qualidade de Contratante, cabem as seguintes obrigações:

- a) Emitir Ordens de Compra/Serviço com especificações claras quanto aos serviços, locais, prazos e demais orientações técnicas;
- b) Disponibilizar fiscalização técnica, exercida por servidor designado, para acompanhar e validar a execução dos serviços, inclusive os boletins de medição;
- c) Registrar fotograficamente o horímetro das máquinas no início, término e durante a execução dos serviços, com marcação de data e hora, para fins de controle e transparência;
- d) Garantir o acesso da contratada aos locais de execução dos serviços, providenciando autorizações e liberações necessárias;
- e) Efetuar os pagamentos devidos à contratada com base nos boletins de medição aprovados, observando os prazos legais e contratuais;
- f) Fornecer as informações e orientações necessárias à adequada execução dos serviços, esclarecendo dúvidas e ajustando prioridades;
- g) Comunicar tempestivamente qualquer alteração que possa afetar a execução dos





serviços, permitindo a readequação do planejamento;

h) Assegurar a legalidade e a transparência dos atos administrativos relacionados à contratação, observando os princípios da Administração Pública;

i) Manter registros atualizados da execução contratual, para fins de controle, auditoria e prestação de contas.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será automaticamente cancelada por decurso do prazo de vigência, pela ausência de fornecedores registrados, ou por iniciativa do órgão gerenciador nas hipóteses previstas no edital.

6.2. O cancelamento do registro de preços, por iniciativa da Administração, poderá ocorrer nas seguintes situações:

a) Quando a empresa detentora da Ata descumprir as condições estabelecidas neste instrumento, no edital ou na proposta;

b) Quando não mantiver as condições de habilitação exigidas no processo licitatório;

c) Quando se recusar a celebrar o contrato, a entregar o objeto ou a prestar o serviço nos prazos e condições estabelecidos, sem justificativa aceita pela Administração;

d) Quando apresentar desempenho insuficiente ou causar prejuízos à Administração na execução das obrigações assumidas;

e) Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela autoridade competente.

6.3. O cancelamento também poderá ocorrer por solicitação da empresa detentora da Ata, mediante pedido formal com justificativa aceita pela Administração, nas seguintes hipóteses:

a) Quando demonstrar, de forma clara e comprovada, que a manutenção do compromisso se tornou excessivamente onerosa ou impossível de ser cumprida, por motivo superveniente;

b) Quando o pedido for apresentado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo motivo relevante aceito pela Administração.

6.4. O cancelamento do registro de preços não exime a empresa contratada do cumprimento das obrigações assumidas até a data de sua efetivação, nem da responsabilização por eventuais prejuízos causados à Administração.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA E DO PAGAMENTO**

7.1. A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto a prestação de serviços de máquinas pesadas (motoniveladora, rolo compactador de solo e escavadeira hidráulica), incluindo operador habilitado, combustível, manutenção preventiva e corretiva, transporte até o local de execução e demais encargos operacionais sob responsabilidade da contratada. Estes serviços destinam-se ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos do Município de Paraíso/SC, no âmbito do projeto "Recuperação e Manutenção da Malha Viária do Município de Paraíso", com recursos provenientes do Programa RECUPERA SC – Etapa 2.

7.2. O local de execução dos serviços será definido pela Secretaria Municipal de Obras, conforme as necessidades e prioridades estabelecidas, durante a vigência desta Ata.

7.3. Os serviços serão prestados sob demanda, mediante emissão de Ordem de Serviço pela Secretaria requisitante, respeitando cronograma e prioridades definidos. **Ressalta-se que a emissão da Ordem de Serviço não confere ao contratado direito subjetivo à execução mínima.** A execução deverá incluir: máquina, operador devidamente habilitado e treinado, combustível, lubrificantes, transporte até o local de execução e manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos.

7.4. Os equipamentos deverão atender às seguintes especificações mínimas:

a. **Motoniveladora:** peso operacional mínimo de 18 toneladas, equipada com lâmina,



escarificador e cabine fechada.

- b. Rolo compactador de solo:** peso mínimo de 15 toneladas, tipo pé de carneiro ou liso, conforme necessidade.
- c. Escavadeira hidráulica:** peso operacional mínimo de 23 toneladas, com caçamba mínima de 1,2 m³.

7.5. Os equipamentos deverão possuir, no máximo, 10 (dez) anos de fabricação, estar em perfeitas condições de uso e manutenção, com documentação regularizada e equipamentos de segurança adequados. Os operadores devem ser habilitados e capacitados, garantindo substituição imediata em caso de falhas ou ausência.

7.6. A fiscalização será exercida por servidor designado, que registrará diariamente as horas efetivamente trabalhadas em boletins de medição assinados pelo operador e pelo fiscal.

7.7. Será exigido registro fotográfico do horímetro das máquinas no início, término e durante pausas significativas, com data e hora eletrônica, anexado aos boletins diários.

7.8. O pagamento será mensal, mediante apresentação de nota fiscal e relatório de medição aprovado, contendo os boletins diários e registros fotográficos, condicionado à validação dos serviços, conformidade documental e regularidade fiscal e trabalhista da contratada.

7.9. Conforme Decreto nº 2864/2023 – Seção V (pagamentos): A liquidação e pagamento seguirá conforme o cronograma da contabilidade da Prefeitura Municipal de Paraíso/SC, considerando o disposto na seção V do Decreto nº 2864/2023 em especial:

- a. Prazo de liquidação:** Prazo de até 05 (cinco) dias úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração;

- b. Prazo de pagamento:** Os pagamentos a fornecedores do Município de Paraíso serão agrupados por período e serão efetuados pela tesouraria, junto à Contadoria Geral do Município, sendo que quando se referirem a fornecedores das entidades "Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde", os pagamentos serão efetivados até a quarta-feira seguinte, relativamente às notas fiscais liquidadas na semana anterior, respeitando-se rigorosamente a ordem cronológica de liquidação e a disponibilidade financeira das fontes de recursos.

7.10. O pagamento será efetuado exclusivamente pelas horas efetivamente trabalhadas e atestadas nos boletins de medição com registro fotográfico, não sendo devidos valores por deslocamento, inatividade, paralisações atribuídas à contratada ou ainda ausência do boletim de medição.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

8.1 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na presente Ata de Registro de Preços.

8.2. A supressão dos itens registrados poderá ser total ou parcial, conforme conveniência e necessidade do órgão gerenciador, mediante justificativa formal.

#### **CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

9.1. As despesas decorrentes das contratações realizadas com base na presente Ata de Registro de Preços correrão à conta dos recursos orçamentários dos Órgãos ou Entidades participantes, conforme as respectivas competências. Os Programas de Trabalho, Elementos de Despesa e Fontes de Recursos constarão nas notas de empenho observadas as condições estabelecidas no edital e o disposto no art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2. A dotação orçamentária estimada para atender às despesas referentes à execução dos objetos registrados nesta Ata será indicada em tabela específica a seguir, podendo ser ajustada conforme necessidade e disponibilidade orçamentária do Município.



Ano	Entidade	Dotação	Subelemento
2025	MUNICIPIO DE PARAÍSO	322	39.21

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DOS GESTORES E FISCAIS

10.1. Caberá ao Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos, Sr. Marcelo Rodrigo Bondan, a gestão e fiscalização das contratações decorrentes desta Ata de Registro de Preços, podendo, sempre que necessário, designar fiscais auxiliares para o acompanhamento da execução dos serviços.

10.2. Para fins de fiscalização técnica, fica designado o servidor Sr. Mauro Cesar Arruda, responsável pelo acompanhamento da execução dos serviços, pela validação dos boletins de medição e pelo atesto das respectivas notas fiscais.

10.3. A gestão e fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, como imperfeições técnicas ou emprego de material/serviço inadequado ou de qualidade inferior. A ocorrência de tais falhas não implica corresponsabilidade do contratante ou de seus agentes e prepostos (Art. 104 da Lei 14.133/2021).

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS


11.1. O descumprimento das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços implicará na aplicação das penalidades e multas previstas no edital do processo licitatório correspondente e na Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das outras sanções legais cabíveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Miguel do Oeste para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente de forma eletrônica, conforme abaixo assinadas.

Paraíso – SC, 05 de agosto de 2025.

<p><b>GILBERTO BELEGANTE:70782229972</b> Assinado de forma digital por GILBERTO BELEGANTE:70782229972 Dados: 2025.08.05 16:57:17 -03'00'</p> <p><b>GILBERTO BELEGANTE</b> Prefeito Municipal de Paraíso/SC ADMINISTRAÇÃO</p>	<p><b>MAIRA TOMAZEL IEB:53465179000119</b> Assinado de forma digital por MAIRA TOMAZEL IEB:53465179000119 Dados: 2025.08.05 16:59:08 -03'00'</p> <p><b>MAIRA TOMAZEL I&amp;B</b> DETENTORA DA ATA</p>
<p>DECLARO que sou Gestor da presente ARP, recebi uma cópia e estou incumbindo de fiscalizar e gerir o cumprimento deste contrato no que se refere à Secretaria a qual estou vinculado</p> <p> Documento assinado digitalmente <b>MARCELO RODRIGO BONDAN</b> Data: 05/08/2025 18:57:07 -0300 Verifique em <a href="https://validar.it.gov.br">https://validar.it.gov.br</a></p> <p><b>MARCELO RODRIGO BONDAN</b> Sec. Municipal de infraestrutura</p>	<p>Após análise do conteúdo da ARP acima, verificou-se que este cumpre os requisitos exigidos pela legislação vigente, opinando assim, pela sua assinatura.</p> <p><b>TALITA DE COL</b> Assinado de forma digital por TALITA DE COL Dados: 2025.08.05 16:29:57 -03'00'</p> <p><b>TALITA DE COL</b> PROCURADORA DO MUNICÍPIO OAB/SC nº 36.020</p>



**Extrato do Contrato Nº: 021/2026.** Contratante.: MUNICIPIO DE SANTO AUGUSTO Contratada.: EDITORA FTD S.A. Valor.....: R\$ R\$ 574,530,00 (quinhentos e setenta e quatro mil, quinhentos e trinta reais). Vigência.....: O contrato decorrente da presente licitação terá o prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar da publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Sul, no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.com.br/famurs](http://www.diariomunicipal.com.br/famurs), podendo ser prorrogado, justificadamente, a critério da Administração, nos termos da legislação. Licitação...: Inexigibilidade 009/2026 (Processo de Compra nº 023/2026). Dotações orçamentárias: 3390/53-380, 3390/54-455, 3390/54- 467 e 3390/53- 898. Objeto.....: O presente contrato tem por objeto a contratação de Sistema Estruturado de Ensino para professores e alunos da Educação Infantil-modalidade Pré-escola, Ensino Fundamental I e II, III e IV, incluindo material didático-pedagógico, objetos digitais, assessoria pedagógica, avaliações integradas de desempenho, avaliação simulada Prova Brasil, cursos de capacitação e formação, conforme especificações que seguem: a) fornecimento de material pedagógico impresso e digital, considerando-se a disponibilização do arquivo contendo a versão adaptada para alunos com deficiência visual parcial (material ampliado); b) fornecimento de objetos digitais educacionais para Alunos, Professores, Equipe Pedagógica e Pais, disponibilizados em uma plataforma acessível para alunos, pais e educadores da rede; c) execução de Serviço de Assessoria Pedagógica Presencial e na modalidade EAD, sempre que solicitado pela Contratante; d) realização de Avaliações Integradas de Desempenho periódicas para alunos do Ensino Fundamental I e II; e) realização de Provas Estruturadas baseadas no modelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), de acordo com a matriz de competências e habilidades do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); f) realização de cursos de Capacitação e Formação continuada, conforme cronograma a ser aprovado pela Contratante. Santo Augusto – RS, 06 de fevereiro de 2026.

**LILIAN FONTOURA DEPIERE,**  
Prefeita Municipal.

**Publicado por:**  
Tuiani Mendes Fernandes  
**Código Identificador:**AC7D951C

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**EXTRATO DO CONTRATO Nº 022/2026.**

**Extrato do Contrato Nº: 022/2026.** Contratante.: MUNICIPIO DE SANTO AUGUSTO Contratada.: VARSAC EMPREENDIMENTOS LTDA. Valor.....: R\$ 11.020,00 (onze mil e vinte reais). Vigência.....: Início: 09/02/2026. Término: 03/2026. Licitação...: Pregão Eletrônico nº 026/2025 (Processo Licitatório nº 128/2025). Dotações orçamentárias: 3390/71-712. Objeto.....: Registro de Preços para eventual e futura prestação de serviços de transporte rodoviário de passageiros para viagens intermunicipais, educacionais, culturais, de conhecimento, turismo e lazer, destinadas ao atendimento das demandas da SMEC e SECUTE e para os usuários do Sistema de Assistência Social-SUAS, no âmbito dos programas sociais desenvolvidos pela SEHAS e suas unidades de atendimento e para os pacientes usuários do Sistema Único de Saúde-SUS, através da SMS, conforme especificações constantes do Termo de Referência, anexo ao Edital (ANEXO I) e proposta vencedora, que fazem parte integrante desse contrato, como se nele estivessem transcritos. Santo Augusto – RS, 06 de fevereiro de 2026.

**LILIAN FONTOURA DEPIERE,**  
Prefeita Municipal.

**Publicado por:**  
Fabio Skalski do Amaral  
**Código Identificador:**83F018A7

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES**  
**ERRATA**

**MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL/RS**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ERRATA)**  
**Pregão Presencial nº 087/2025**

Devido a um erro administrativo, divulga-se novamente a minuta da Ata de Registro de Preços do **Pregão Presencial nº 087/2025**, acrescentando o preço (por hora) e corrigindo o valor total do item.

ITEM	DESCRIÇÃO	PREÇO (POR HORA)	TOTAL	FORNECEDOR/ CNPJ
1	LOCAÇÃO DE TRATOR ESTEIRA, COM OPERADOR E COM COMBUSTÍVEL POR CONTA DA EMPRESA PARA EXECUTAR SERVIÇOS NO LIXÃO DO MUNICÍPIO. SENDO DE RESPONSABILIDADE DO PROPRIETÁRIO A MANUTENÇÃO, PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO BEM.	R\$ 316,27	R\$ 237.202,50	ANSUS SERVIÇOS LTDA / 05.127.846/0001-00

**Publicado por:**  
Carloci D'ávila Menezes Junior  
**Código Identificador:**B9D69E18

**SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES**  
**SÚMULA DE ADITIVO - PRORROGAÇÃO**

**TERMO ADITIVO nº 003 AO CONTRATO nº 085/2025 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 002/2025** – Prorroga-se o prazo do contrato em epígrafe por mais 90 (noventa) dias, a partir de 09/02/2026 – LT Construções Ltda.

São Gabriel, 06 de fevereiro de 2026.

**LUCAS GONÇALVES MENEZES,**  
Prefeito Municipal.

**Publicado por:**  
Carloci D'ávila Menezes Junior  
**Código Identificador:**4EA87142

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SÚMULA DO ADITIVO 05 AO CONTRATO Nº 06/2021**

**Aditivo 05 ao Contrato nº 06/2021 – Objeto:** Locação de Imóvel para instalação da Delegacia de Polícia Federal. – **Processo nº 85/2021, Dispensa por Justificativa nº 83/2021 – Contratado:** Mateus Ceretta. – **Valor Mensal:** R\$ 1.214,43 (um mil, duzentos e quatorze reais e quarenta e três centavos) mensal. **Valor Total:** R\$ 14.573,16 (quatorze mil, quinhentos e setenta e três reais e dezesseis centavos) anual. **Vigência:** Prorrogado por mais 12 meses a contar de 06 de Fevereiro de 2026.

São João do Polêsine, RS, 06 de Fevereiro de 2026.

**JAQUELINE MARIA SCHMITZ MILANESI**  
Prefeita Municipal

**Publicado por:**  
Ana Julia Dallanora  
**Código Identificador:**88B7C704

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO INHACORÁ**

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO**  
**DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

**Nº 009/2026**

A Prefeita Municipal em exercício de São José do Inhacora, Estado do Rio Grande do Sul, **DECLARA DISPENSÁVEL A LICITAÇÃO**



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2026**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026**

**PARTES:**

**CONTRATANTE:**

O **Município de São João do Oeste**, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua Encantado, nº 66, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 80.911.936/0001-03, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Luís Theisen, Prefeito Municipal, portador do CPF nº 619.446.539-53.

**CONTRATADA:**

**Lider Terraplanagens Ltda**, com sede na Linha Sede Capela, s/n – Interior, na cidade de Itapiranga, CEP 89896-000 – SC, inscrita no CNPJ/MF nº 05.441.273/0001-95, neste ato representada pelo seu Administrador, Senhor Adair Paulo Delavy, portador do CPF nº 691.\*\*\*.079-\*\*, e-mail institucional: [delavy.terraplanagens@outlook.com](mailto:delavy.terraplanagens@outlook.com)

A presente ata tem por objeto o registro de preços para eventual contratação dos bens/serviços enunciados no Pregão Eletrônico nº 06/2026, critério de julgamento menor preço por item, com autorização constante do Processo Administrativo nº 06/2026, homologado em 11 de fevereiro de 2026, mediante o disposto na Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores, em conformidade com as cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DOCUMENTAÇÃO**

1.1. Fazem parte integrante da presente Ata de Registro de Preços, independente de transcrição, o Pregão Eletrônico nº 06/2026, seus anexos, a proposta da contratada datada em 09 de fevereiro de 2026, e todos os demais documentos referentes ao objeto contratual, que não contrariem o disposto neste instrumento.





## CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. Constitui o objeto do presente instrumento o registro de preços para eventual e futura contratação de empresa para prestação de serviços de horas máquinas para atender as demandas das diversas secretarias do Município de São João do Oeste/SC, conforme quantidades e especificações indicados na Cláusula Terceira deste instrumento e no Pregão Eletrônico nº 06/2026.

2.2. A prestação dos serviços/entrega de objeto, deve ocorrer em estrita conformidade com o disposto no edital e demais anexos que fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

2.3. Toda e qualquer alteração no objeto ora contratado somente poderá ser efetivada mediante prévia e expressa autorização por escrito do Município de São João do Oeste/SC.

2.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento, nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO REGISTRADO

3.1. Conforme proposta final da empresa adjudicatária do certame, o valor para o fornecimento do objeto da presente ata de registro de preços ocorrerá conforme o valor unitário abaixo discriminado, com validade pelo prazo de um ano:

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
1	Serviço de escavadeira hidráulica com peso operacional igual ou superior a 30.000 kg, incluindo operador qualificado e combustível. Marca: N/C	1.300,000	H	375,30	487.890,00
2	Serviço de trator esteira com peso operacional igual ou superior a 14.000 kg, incluindo operador qualificado e combustível. Marca: N/C	800,000	H	295,90	236.720,00
4	Serviço de Compactador de Alto desempenho, com peso operacional igual ou superior a 30.000 kg, com cilindro pé de carneiro e cilindro liso. incluindo operador qualificado e combustível. Marca: N/C	700,000	H	294,00	205.800,00
5	Serviço de caminhão caçamba truque, traçado, com capacidade mínima de 14 m³ de carga, incluindo motorista e combustível. Marca: N/C	1.300,000	H	197,12	256.256,00
7	Serviço de escavadeira hidráulica, com rompedor igual ou superior 25.000 kg e 13.000 jaules de impacto, com rompedor de rocha, incluindo operador qualificado e combustível Marca: N/C	800,000	H	784,00	627.200,00
8		1.000,000	H	259,40	259.400,00





Serviço de escavadeira hidráulica com peso operacional igual ou superior a 20.000 kg, incluindo operador qualificado e combustível.

Marca: N/C

**Total do Participante: 2.073.266,00**

3.2. No preço registrado estão incluídos todas e quaisquer despesas diretas ou indiretas que venham a incidir sobre eles, bem como o custo de transporte, materiais, instalação, perdas, mão de obra, equipamento, encargos tributários, trabalhistas e previdenciários, além dos necessários e indispensáveis à completa execução dos serviços.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. Os recursos necessários ao cumprimento do presente instrumento correrão por conta dos recursos orçamentários do exercício corrente, os quais serão representados na Solicitação de Fornecimento pelos elementos das secretarias ou entidades.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO**

5.1. A empresa vencedora deverá executar o objeto contratado de acordo com o disposto a seguir e conforme o estabelecido no Anexo II - Termo de Referência.

5.2. O objeto licitado deverá ser executado de forma parcelada, pelo valor aprovado no processo, sendo vedada a cobrança de qualquer outra despesa que venha a interferir no valor licitado.

5.2.1. Cada pedido não possui quantidade mínima, podendo ser realizadas solicitações conforme a necessidade da Contratante.

5.3. O prazo máximo para a execução do objeto desta licitação será de definido pela Secretaria de Obras.

5.4. As licitantes vencedoras deverão estar cientes de que será contabilizado para pagamento apenas as horas efetivamente trabalhadas. O tempo de deslocamento (ida e volta) da máquina até o local indicado pela municipalidade deverá ser por conta da contratada.

5.5. No valor contratado já deve estar incluso o valor com operador/motorista e diesel.



5.6. As despesas com deslocamento, diárias, alimentação dos funcionários que irão realizar os serviços são de responsabilidade da Contratada.

5.7. Demais despesas com a máquina (como por exemplo os consertos) e com o operador/motorista, serão de responsabilidade da contratada.

5.8. As máquinas/equipamentos e os veículos, ao se apresentarem para o início dos serviços deverão estar equipados com horímetros, cronotacógrafo ou tacógrafo de acordo com os modelos aprovados e descritos na Portaria INMETRO/DIMEL, para melhor controle das horas utilizadas pela Prefeitura Municipal de São João do Oeste.

5.8.1. As aferições dos horímetros, cronotacógrafo ou tacógrafos quando solicitados pela Contratante a Contratada deverá se realizar em um prazo máximo de 24:00 (vinte e quatro) horas, e todas as despesas por conta da Contratada;

5.9. Ainda, o controle da efetiva prestação do serviço se dará por meio de relatório de prestação de serviços, que será de inteira responsabilidade da contratada o preenchimento, conforme informações e colunas presentes no próprio formulário de controle, bem como, dos fiscais averiguarem se está preenchido corretamente.

5.9.1. As fotos do horímetro ou outro equipamento aprovado pelo órgão de trânsito e INMETRO (dependendo do tipo de veículo), juntadas no relatório e realizadas através de aplicativo Timestamp Camera Free ou outro similar, deverão conter as coordenadas do local que a foto foi tirada, data, hora e mapa, para conferência.

5.9.2. No caso específico da utilização de caminhão caçamba, o relatório de prestação de serviços deverá conter, obrigatoriamente, o registro detalhado de cada carga transportada, indicando o tipo de material carregado, a quantidade estimada, o local de origem do carregamento e o local de destino da descarga, de modo a possibilitar o adequado controle, conferência e fiscalização dos serviços efetivamente executados.

5.9.3. O relatório de prestação de serviços deverá ser entregue pela contratada de forma semanal, devidamente preenchido e assinado, dentro do prazo estabelecido pela Administração, constituindo condição obrigatória para a conferência, fiscalização e validação dos serviços executados no período.

5.10. O objeto será recebido na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 86/20023, de 16 de junho de 2023.



5.11. Verificada a desconformidade de algum dos serviços, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sujeitando-se às penalidades previstas no edital.

5.12. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.

5.13. A Contratada deverá comunicar às unidades requisitantes, de imediato, eventuais motivos que impossibilitem o cumprimento das obrigações constantes neste edital e providenciar a imediata correção das deficiências quanto ao fornecimento ou inconformidades técnicas apresentadas pelo produto fornecido, apontadas pelo departamento responsável pelo recebimento e fiscalização do Município de São João do Oeste.

5.14. A Contratada deverá responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas a fim de que os serviços sejam realizados conforme solicitação de fornecimento emitida pelo órgão gerenciador, tais como: impostos, tarifas, taxas, salários, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de ordem de classe, seguros, fretes, enfim, tributos sem qualquer exceção.

5.15. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

## **CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

6.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 Meses, contado do dia da última assinatura da ARP, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/21.

6.1.1. A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos referidos instrumentos, observado o disposto no art. 105 da Lei Federal nº 14.133/21.

6.1.2. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado dentro do prazo de validade da ata de registro de preços.

6.1.3. O pedido de prorrogação de prazo para realização do objeto somente será conhecido pelo Município de São João do Oeste caso o mesmo seja devidamente fundamentado e entregue no Setor de Licitação, antes de expirar o prazo inicialmente estabelecido.



6.2. Se a contratada deixar de executar os serviços dentro das especificações estabelecidas, será responsável pela imediata substituição ou regularização do serviço/objeto rejeitado e o tempo despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1 Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus anexos, obriga-se, ainda, a contratada a:

7.1.1. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com encargos fiscais, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, todos os tributos incidentes e demais encargos, inclusive benefícios, taxa de administração e lucro, ou seja, todos os custos diretos e indiretos, mesmo os não especificados, necessários ao perfeito fornecimento dos serviços pela Contratada.

7.1.2. Prestar os serviços ou fornecer os materiais em estrita conformidade com as disposições e especificações do presente Edital, Termo de Referência, Contrato, Proposta de Preços apresentada e nas demais legislações aplicáveis à natureza do serviço contratado.

7.1.3. Assumir a responsabilidade de ordem administrativa, cível e penal, por atos ou omissões que causem danos à Administração ou a terceiros, seja por culpa ou dolo, resultante do fornecimento do objeto desta licitação.

7.1.4. Manter, durante toda a execução do presente objeto, compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

7.1.5. Comunicar por escrito à Contratante qualquer problema ocorrido na execução do objeto do contrato.

7.1.6. Atender aos chamados da Contratante, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto do contrato.

7.1.7. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio da Contratante, o qual, caso haja, será dado por escrito.



7.1.8. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo fiscal do contrato, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente.

7.1.9. Promover, com a presença de representante da Contratante, a verificação do fornecimento efetuado, confirmando que os serviços foram prestados adequadamente, conforme previsão contratual.

7.1.10. Adotar as providências necessárias para assegurar a satisfatória execução do Contrato e os fins a que se destina.

7.1.11. Verificar a qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados, procedendo a sua substituição ou adequação às expensas próprias, quando não atenderem à qualidade, quantidade, prazo e demais condições contratadas ou quando solicitado pela Contratante.

7.1.12. Prestar os serviços objeto deste Edital pelo valor consignado em sua proposta de preços declarada vencedora, responsabilizando-se pelo pagamento de transportes, entrega dos produtos, impostos e todo e qualquer encargo correlato ao fornecimento.

7.1.13. Efetuar a troca dos produtos entregues ou correção dos serviços prestados, objeto desta licitação, que estiverem fora das especificações contidas na proposta, ou em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem qualquer ônus para o Município.

7.1.13.1. A inobservância ao disposto acima implicará no não pagamento do valor devido à licitante vencedora, até que ocorra a necessária regularização.

7.1.14. A inadimplência da licitante vencedora não transfere ao Município de São João do Oeste a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contratado.

7.1.15. A Contratada não poderá ceder os créditos, transferir a terceiros, nem subrogar direitos e obrigações decorrentes do Contrato, sem o prévio e expresse consentimento da Contratante.

7.1.16. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial à Contratante, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo Contratante.

7.1.17. A contratada deverá respeitar o prazo de garantia mínima do objeto e as condições de manutenção e assistência técnica, conforme estabelecido pelo Anexo II, Termo de Referência do Edital, ou quando da omissão desta informação, de acordo com o Teoria Geral dos Contratos.



7.1.18. A licitante deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

7.1.19. Demais obrigações devem ser observadas junto ao Anexo II, Termo de Referência do Edital.

## **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/21.

8.2. Constituem obrigações do contratante, além da constante do art. 115 da Lei Federal nº 14.133/21, as especificadas no Edital, e:

8.2.1. Convocar a licitante vencedora para assinatura do Contrato/Ata de Registro de preços, ou retirar a Solicitação de Fornecimento a contar da notificação.

8.2.2. Realizar, sempre que necessário, a vistoria dos serviços prestados.

8.2.3. Promover os apontamentos das ocorrências relacionadas à execução do contrato.

8.2.4. Realizar o recebimento dos serviços/produtos nas formas e condições desta contratação.

8.2.5. Fornecer à licitante todas as informações relacionadas como objeto do presente edital.

8.2.6. Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste edital e Contrato/Ata de Registro de Preços a ser firmado entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente.

8.2.7. Dar à contratada as condições necessárias à regular execução do Contrato/Ata de Registro de Preços.

8.2.8. Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora e para que sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.2.9. Emitir as solicitações de fornecimento, de acordo com as necessidades e respeitando os prazos estipulados.

8.2.10. Com exceção do que dispõe o art. 4º da Lei Federal nº 13.709/18, que trata da proteção dos dados pessoais, a contratante se obriga a dar ciência prévia à contratada quando fizer uso dos dados privados,





sempre zelando pelos princípios da minimização da coleta, necessidade de exposição específica da finalidade, sem prejuízo da mera correção dos dados.

8.2.10.1. Fica vedado o tratamento de dados pessoais sensíveis por parte da contratante com objetivo de obter vantagem econômica de qualquer espécie, com exceção daquelas hipóteses previstas no parágrafo 4º do art. 11 da Lei Federal nº 13.709/18.

8.2.10.2. A contratante se compromete a zelar pelo tratamento dos dados pessoais dos titulares, pessoas naturais vinculadas à contratante, sem prejuízo de qualquer responsabilidade, admitindo-se o tratamento nas hipóteses de consentimento específico e destacado por termo de compromisso e ou nas hipóteses previstas no inciso II a X do art. 7º da Lei Federal nº 13.709/18.

## **CLÁUSULA NONA – DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO**

9.1. A entrega do objeto e o cumprimento do disposto neste instrumento serão fiscalizados pelo Município de São João do Oeste, por intermédio do Sr. José Ricardo Schneider, que acompanhará a entrega do produto/prestação do serviço, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega do mesmo e apresentação de fatura, notificando à empresa vencedora a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

9.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

9.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

9.4. A contratada deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto do contrato.

9.5. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva do fornecedor contratado, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou a terceiros.



9.6. A ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos danos apurados e imputados às falhas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO**

10.1. O pagamento será efetuado pela Tesouraria do Município contra empenho, após o recebimento do objeto, e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo, observando-se o art. 141, da Lei Federal nº 14.133/21, no prazo de máximo de 30 (trinta) dias úteis.

10.1.1. Junto com a nota fiscal, a contratada deverá apresentar relatório dos serviços prestados (Anexo VIII).

10.1.1.1. As fotos do horímetro ou outro equipamento aprovado pelo órgão de trânsito e INMETRO (dependendo do tipo de veículo), juntadas no relatório e realizadas através de aplicativo Timestamp Camera Free ou outro similar, deverão conter as coordenadas do local que a foto foi tirada, data, hora e mapa, para conferência. Junto com a nota fiscal, a empresa deverá apresentar relatório dos serviços prestados.

10.2. A contagem para o 30º (trigésimo) dia, previsto no item anterior, só iniciar-se-á após a aceitação dos serviços prestados pela fiscalização do Município de São João do Oeste e cumprimento pela empresa de todas as condições pactuadas.

10.2.1. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo índice IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata.

10.3. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão e da solicitação de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

10.4. Para execução do pagamento, contratada deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome do da(s) Unidade(s) Gestora(s) indicada(s) no preâmbulo do edital, informando o nome do banco, número de sua conta corrente e agência Bancária ou chave PIX.

10.5. A nota fiscal/fatura deverá ser entregue com o produto e o arquivo XML deverá ser encaminhado obrigatoriamente no e-mail [danfesjo@gmail.com](mailto:danfesjo@gmail.com).

10.6. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à contratada e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras.



Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Município de São João do Oeste.

10.7. A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da contratada.

10.8. Serão processadas as retenções tributárias e previdenciárias nos termos da legislação que regula a matéria.

10.9. Conforme Decreto Municipal nº 033, de 15 de março de 2023 e alterações, e IN RFB nº 1.234/2012, a partir de 01/06/2023 as empresas estão obrigadas a destacar o imposto de renda nas notas fiscais emitidas. Não estarão sujeitas à retenção de IR as pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional, MEI, os imunes e isentos, entre outros, conforme o art. 4º da IN RFB nº 1.234/2012.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REEQUILÍBRIO E DO REAJUSTAMENTO**

11.1. O reequilíbrio dos preços poderá ser solicitado pelo detentor da ata caso haja um encarecimento do produto/serviço no mercado, desde que imprevisível e que comprova devidamente o aumento, sem qualquer acréscimo em sua margem de lucro.

11.2. Os preços apresentados nas propostas serão permanentes e irreajustáveis em período inferior a 1 (um) ano, de acordo com a legislação vigente, podendo ser corrigido pelo IPCA após o período citado.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA AMPLIAÇÃO E DA REDUÇÃO**

12.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, salvo o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei Federal nº 14.133/21 e no caso da renovação dos quantitativos iniciais decorrentes da prorrogação do prazo de vigência da ata.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;



- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 13.1 deste edital as seguintes sanções<sup>1</sup>:

<sup>1</sup> Art. 156 § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

(...)

Art. 161 da Lei Federal nº 14.133/2021. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

Parágrafo único. Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do caput do art. 156 desta Lei, o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.



- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos<sup>2</sup>.

13.3 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 13.2. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

13.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 13.2 do presente Edital.

13.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.6. A aplicação das sanções previstas no item 13.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.7. Na aplicação da sanção prevista no item 13.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 13.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

<sup>2</sup> OBS.: A sanção estabelecida na alínea “d” do item 13.2 do presente Edital será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras (Art. 156, § 6º da Lei Federal nº 14.133/2021):

- a) quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;
- b) quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente à autoridade referida na alínea “a”, supra referida, na forma de regulamento.



13.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

13.13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 13.2 do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO**

14.1. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:





- 14.1.1. Não cumprir as exigências do instrumento convocatório que der origem ao registro de preços;
- 14.1.2. Recusar-se a assinar a ata ou a formalizar contrato decorrente do registro de preços, ressalvada a hipótese de a Administração aceitar sua justificativa;
- 14.1.3. Der causa à rescisão de contrato decorrente do registro de preços;
- 14.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;
- 14.1.5. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aqueles praticados no mercado e estiverem presentes razões de interesse público.
- 14.1.6. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas.
- 14.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços, diante da ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior.
- 14.3. A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado somente o eximirá da obrigação de contratar com a Administração se apresentada com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data da convocação para firmar contrato de fornecimento ou de prestação de serviços pelos preços registrados, ou da emissão da solicitação de fornecimento ou da emissão de empenho, conforme o caso, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS**

- 15.1. O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas regida pela Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 218/2023, de 13 de dezembro de 2023 e, ainda, aplicando-lhe supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
- 15.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**



16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Itapiranga/SC para dirimir as questões decorrentes deste instrumento ou de sua execução, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

São João do Oeste, 12 de fevereiro de 2026.

SERGIO LUIS  
THEISEN:61944653953

Assinado de forma digital por  
SERGIO LUIS  
THEISEN:61944653953  
Dados: 2026.02.13 14:39:45 -03'00'

Autoridade Competente

Nome: Sérgio Luis Theisen

ALCIDES LUIS  
HOFFER:83342664  
991

Assinado de forma digital por  
ALCIDES LUIS  
HOFFER:83342664991  
Dados: 2026.02.13 14:05:08  
-03'00'

Assessoria Jurídica

Alcides Luis Hoffer

OAB/SC Nº 33.683

LIDER  
TERRAPLANAGENS  
LTDA:05441273000195

Assinado de forma digital por  
LIDER TERRAPLANAGENS  
LTDA:05441273000195  
Dados: 2026.02.13 10:21:02  
-03'00'

Contratada

Nome: Lider Terraplanagens Ltda



Documento assinado digitalmente  
JOSE RICARDO SCHNEIDER  
Data: 16/02/2026 07:49:43-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Fiscal da ARP

José Ricardo Schneider

Diretor



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	MEDIDA	VALOR REFERENCIAL	
				UNITÁRIO	TOTAL
1	Escavadeira hidráulica sobre esteiras, equipada com rompedor hidráulico (martelo), Peso Operacional Mínimo de 20.000 kg Potência do Motor Mínimo de 140 HP Rompedor Hidráulico Compatível com o porte da escavadeira, com energia de impacto adequada para demolição de concreto e rocha  Sendo a empresa responsável pelos custos de combustível, operador, transporte e manutenção do equipamento.	500	Horas	980,00	490,000.00
2	Locação de serviços de rolo compactador de solo, peso operacional mínimo de 6.900kg, motor 04 cilindros turboalimentado, potência de motor mínima de 80 HP, largura do tambor mínima de 15.000kg, espessura mínima de chapa do tambor de 20mm, utilidade lis e com patas, comprimento total 5,30M, ano igual ou superior a 2020.  Sendo a empresa responsável pelos custos de combustível, operador, transporte e manutenção do equipamento.	500	Horas	470,00	235,000,00
3	LOCAÇÃO DE SERVIÇOS MOTONIVELADORA ARTICULADA	500	Horas	510,00	255,000

<p>(Ano / modelo acima de 2020). Descrição mínima: motor com potência mínima de 125 HP, peso operacional 15.000 kg. Sendo a empresa responsável pelos custos de combustível, operador, transporte, manutenção do equipamento, bem como o seguro com a comprovação de apólice e a ficha técnica que deverão ser apresentados na proposta.</p>				
--	--	--	--	--

Caçador, 02/03/2026



**VW COMERCIO ATACADISTA LTDA**  
**CNPJ: 10573408/0001-06**